

# SESSÕES DO PLENÁRIO

73ª Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 19 de agosto de 2008.

**PRESIDENTE:** DEP. MARCELO NILO  
**1º SECRETÁRIO:** DEP. ADOLFO MENEZES “*AD HOC*”  
**2º SECRETÁRIO:** DEP. J. CARLOS “2º VICE-PRESIDENTE”

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Oliveira Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fátima Nunes, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Ivo de Assis, J.Carlos, Javier Alfaya, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Pedro Alcântara, Reinaldo Braga, Roberto Muniz, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto (52).

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Solicito ao Sr. 1º Secretário fazer a leitura do expediente.

(O Sr. 1º Secretário *ad hoc*, deputado Adolfo Menezes, procede à leitura do expediente.)

## OFÍCIOS

Do Dep. Getúlio Ubiratan, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 09, 10 e 11/06/2008, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.  
Da Dep. Antônia Pedrosa, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 16/06 e 04, 05, 06 e 11/08/2008, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

## PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes pelo tempo de até 5 minutos.

**O Sr. ÁLVARO GOMES:-** Nobre presidente, demais colegas deputados, queria manifestar a minha alegria aqui de ter mais uma vez a presença dos defensores na luta pela melhoria, pelo fortalecimento dessa instituição. Entendo que é necessário mesmo fortalecer a Defensoria Pública, é necessária a presença dos defensores aqui para discutir com os parlamentares e o governo no sentido de que tenhamos uma Defensoria cada vez mais fortalecida e prestando serviços à comunidade.

Então, sabemos muito bem e o próprio documento da Defensoria Pública informa que hoje existem 583 cargos e no entanto possui apenas 191 defensores. O mesmo número de defensores, hoje, é insuficiente. Evidentemente, esse número já cresceu, eram cerca de cento e poucos defensores, hoje são 191 e há necessidade de 583 defensores.

Portanto, o fortalecimento da Defensoria, como a própria faixa ali da Associação dos Defensores enfatiza, significa a valorização do cidadão e do defensor público. Esse é um movimento mais do que justo, conta com todo o nosso apoio, há, inclusive, a discussão aqui nesta Casa Legislativa de criação de uma frente parlamentar da Defensoria Pública. Isso é muito importante para fortalecer esse movimento, são vários parlamentares envolvidos na questão e precisamos cada vez mais de uma instituição forte, defendendo o cidadão, principalmente o mais necessitado.

A Defensoria Pública hoje se encontra numa situação melhor do que a anterior, graças à própria mobilização da associação, mas ainda há muito o que melhorar, seja na questão orçamentária, seja na questão de novo concurso, seja na valorização dos defensores, incluindo o seu quadro de pessoal, e isso significa melhoria da qualidade no serviço público. Portanto, a Defensoria Pública ainda está carente de muita coisa, e nós só vamos conseguir essa melhora com a própria mobilização dos seus funcionários, das suas entidades, dos parlamentares e da própria sociedade.

O nosso mandato continua nessa luta, estava até com saudades dos defensores aqui (palmas), porque houve um período em que os defensores ocuparam essas Galerias, esta Assembléia Legislativa o tempo todo. Então eu já estava sentindo a falta deles. Ainda bem que eles estão na Casa novamente. E espero que continuem aqui permanentemente discutindo com os parlamentares para que possamos avançar cada vez mais. Claro que são muitas as demandas que o Estado enfrenta hoje, mas é importante dar prioridade a instituições fundamentais como a Defensoria Pública.

Portanto, estamos empenhados nesta luta, estamos firmes aí e queremos fazer esta saudação a toda a categoria, à presidente da associação e a todos os demais defensores presentes aqui neste momento importante. Podem contar com todo o nosso apoio. O deputado Waldenor Pereira também está empenhado nesta luta, assim como os demais parlamentares,

para que tenhamos uma Defensoria cada vez mais forte a serviço dos cidadãos, principalmente aqueles de baixa renda, os mais necessitados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Com a palavra o próximo orador, nobre deputado Gaban, pelo tempo de até 5 minutos.

**O Sr. GABAN:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, inicialmente fico até satisfeito, prezado Líder Waldenor Pereira, pelas colocações do Vice-Líder dizendo que dá todo o apoio à Defensoria, a qual teve muitos avanços quando fui presidente desta Casa. Também dei todo o apoio, e tenham certeza de que ele continua.

Acho que vocês já tiveram os avanços. E com a garantia já do governo, através do Vice-Líder. Assim creio que temos tudo para aprovar isto, as reivindicações. Tenho certeza. Acredito que o deputado Álvaro Gomes falou inclusive em nome de V.Ex<sup>a</sup>. Não tenho dúvida de que todos os partidos dispensarão as formalidades. O que tiver da parte de vocês para ser aprovado vamos aprovar o mais rápido possível, já que o deputado Álvaro Gomes falou em nome dele e do Líder Waldenor Pereira. Então, já tem a aquiescência do governo. Vamos aprovar até hoje o que tiver.

Mas, colocações à parte, a Defensoria Pública tem feito realmente um belo trabalho. Ontem houve a reunião dos procuradores do Estado, uma belíssima reunião aqui. E, se não me engano, foi o deputado Gildásio Penedo Filho que falou da luta que vocês tiveram de maneira ordenada, criteriosa. Chegaram a acampar nesta Casa e conseguiram os avanços, servindo até de exemplo para que os procuradores atuem da mesma forma que vocês defensores atuaram para ter os benefícios.

Parabéns! Outro justo movimento! Este Legislativo, os seus 63 parlamentares nunca deixaram de dar-lhes apoio. E mais uma vez não deixaremos de apoiar no que for necessário para que tenhamos cada vez mais uma Defensoria Pública forte para ajudar os mais necessitados do nosso Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje já marquei uma audiência com a presidente do Tribunal de Justiça. Irei tratar de dois temas. Um deles é aquele velho problema, deputado Álvaro Gomes, que já coloquei em pronunciamentos desta tribuna: através de uma resolução interna eles queriam, estavam pensando em mudar uma decisão tomada soberanamente pela Assembléia Legislativa e sancionada pelo Exm<sup>o</sup> Sr. Governador, a de não voltar a Câmara especializada para julgar prefeito.

O prefeito tem de ter o mesmo fórum que têm os deputados, os juízes, os promotores, os desembargadores. Toda a classe política tem, e não poderá ser diferente para os prefeitos, porque toda a Casa sabe, o Tribunal de Justiça também sabe o que corria nos seus corredores, onde advogados ficavam apavorados com o que era discutido. Os volumes de recursos que estavam sendo discutidos eram muito altos, e não se pode voltar ao passado! Não vamos permitir que a Bahia volte ao passado para deixar não só gestores públicos, no

caso os prefeitos, mas também a classe de advogados do nosso Estado, preocupados. Temos de deixar que os advogados façam o trabalho deles sem nenhum tipo de interferência. Vou aproveitar – mais tarde voltarei a este assunto – vou estar hoje à tarde com a presidente do Tribunal para tratar também de uma matéria que não entendo, que é o Ministério Público se meter em tudo que é assunto, e na maioria dos quais não deveria se meter, mas se mete. Quer ser prefeito, quer ser vereador, quer fazer de tudo, mexe no Executivo. Aliás, se mete em tudo que é assunto mas não toma conta do que deveria.

Os cartórios. Queria ver alguém, um deputado que venha aqui me dar um exemplo de qualquer solicitação feita a um cartório de registro de imóveis do Estado da Bahia, quando se entra com um pedido, sempre dão um prazo de 30 dias e, aí, obrigatoriamente, tem que se dar um dinheiro por fora, sejam R\$150, R\$200,00 ou R\$300,00 para agilizar. Todo mundo sabe disso e ninguém toma providência. Está na hora de dar um basta nesse serviço dos cartórios do Estado da Bahia. São todos os cartórios, são todos os cartórios!

Eu desafio um parlamentar a vir aqui nesta tribuna e dar um exemplo de um pedido em qualquer cartório da Bahia e que ele não teve que dar uma propina para o processo andar. Então, é uma coisa descabida. Se o Ministério Público quiser investigar, é muito fácil, é obrigação, sim, do Ministério Público investigar e tomar as providências necessárias.

Eu, enquanto parlamentar, vou estar, às 17 horas, com a presidenta do Tribunal para levar dois assuntos: o projeto de lei aprovado nesta Casa que determina que o julgamento de prefeitos seja através do Pleno do Tribunal de Justiça e também as propinas existentes em todos os cartórios do Estado da Bahia.

(Revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Com a palavra o deputado Clóvis Ferraz por 5 minutos.

**O Sr. CLÓVIS FERRAZ:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhores da imprensa, quero saudar também os defensores e as defensoras públicas presentes nas Galerias Paulo Jackson, que estão no movimento que saiu do estado de vigília para o estado de greve em prol do fortalecimento da Defensoria Pública nos seus diversos aspectos.

O governo não tem cumprido os compromissos assumidos com a Defensoria Pública, por isso, apoiamos integralmente o movimento dos defensores, que têm uma longa tradição de vir a esta Casa. É uma luta já de alguns anos em prol do fortalecimento da Defensoria, em prol do concurso que ampliou o número de vagas e em prol da contratação de novos defensores, que hoje são somente 192.

Tem sido uma luta árdua. E esperamos que as palavras do deputado Álvaro Gomes não fiquem somente na retórica e no proselitismo. O deputado Álvaro é o vice-líder do governo, e eu tenho certeza de que o deputado Waldenor, Líder do governo, apóia o movimento. Esse governo que está aí e que se diz republicano, tenho certeza que tem todas as condições de atender as reivindicações dos defensores, os quais reclamam que neste mo-

mento não está havendo transparências nas negociações.. Nós esperamos que o governador Jaques Wagner, que foi eleito fazendo promessas pra todo o funcionalismo público dos diversos setores, cumpra as promessas de palanque.

A Defensoria Pública tem um papel importante de atendimento ao cidadão e é preciso que haja realmente esse fortalecimento. O que quero dizer é que os deputados da Minoria, assim como os do Bloco Independente, têm toda a boa vontade de apoiar o movimento dos defensores e votar nesta Casa aquilo que for necessário. Nós esperamos também e tenho certeza absoluta de que os deputados do governo vão apoiar, porque já apoiaram no passado quando eram Oposição, e hoje têm plenas condições de, junto com o governo e nós aqui na Casa, apoiar todas essas reivindicações. Por isso, quero saudar a todos e dizer que podem contar conosco.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tivemos na semana passada o anúncio, em Jequié, pelo Governador Jaques Wagner, do curso de medicina para aquela cidade, e entendemos ser uma reivindicação justa da cidade de Jequié. Vamos torcer para que isso aconteça, mas o governador já marcou o vestibular para junho de 2009 para o curso medicina no campus da UESB de Jequié.

O que não concordo é com a colocação do deputado Euclides Fernandes, que aqui disse que o ex-governador Paulo Souto tirou o curso de medicina de Jequié e colocou em Vitória da Conquista, na UESB. Isso não é verdade. Primeiro porque ele não tirou, ele apenas colocou o curso de medicina lá em Vitória da Conquista, uma reivindicação que foi nossa, inaugurada desde 2004, e já está em funcionamento, construiu um módulo para o curso de medicina. Mas isso não impede que seja criado o curso em Jequié. Não que o governador tenha tirado porque o curso não estava em Jequié.

Então, a colocação do deputado Euclides Fernandes, que é de Jequié, apenas quero dizer que é inverídica. O governador Paulo Souto não fez isso, não tirou curso nenhum, apenas, naquela época, só teve condições de colocar esse curso em Vitória da Conquista, que está funcionando desde 2004, e daqui a dois anos teremos a primeira turma formando em Vitória da Conquista.

O que queremos reivindicar ao governador Jaques Wagner, e inclusive aqui ao Líder, deputado Waldenor Pereira, é que seja complementado, colocando os laboratórios do curso para funcionar, pois estão faltando equipamentos. É preciso que seja dado esse reforço...

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Para concluir, deputado.

**O Sr. CLÓVIS FERRAZ:-**(...) para que o curso tenha condições plenas para funcionar.

Também não concordamos com as críticas feitas, dizendo que o curso não está funcionando bem. Está funcionando bem, segundo a coordenadora do curso de medicina. Só vamos ter condições de analisar se o curso é bom ou não.

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Para concluir, deputado Clóvis Ferraz.

**O Sr. CLÓVIS FERRAZ:-** Para concluir, nobre presidente, J. Carlos.

(...) quando sair a primeira turma. É claro que há algumas deficiências nessa questão dos laboratórios e nós esperamos que o Governador Jaques Wagner mande os equipamentos necessários para equipar esses laboratórios e o curso tenha o funcionamento adequado, porque os professores têm uma boa didática e o curso está funcionando perfeitamente, faltando apenas algumas adequações.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Concedo a palavra ao nobre deputado Euclides Fernandes pelo tempo de até 5 minutos.

**O Sr. EUCLIDES FERNANDES:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu iria falar, hoje, sobre a Defensoria Pública, mas o nobre deputado Clóvis Ferraz, legítimo representante do município de Vitória da Conquista, da tribuna quis prejudicar a minha declaração de que o ex-governador Paulo Souto teria prejudicado o campus da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia no município de Jequié. Meu caro colega, vou explicar a V.Ex<sup>a</sup>, didaticamente, para que possa entender a minha colocação.

O campus de Jequié é vocacionado, Sr. Presidente, para a área de saúde. Lá no campus de Jequié, bem sabe o meu Líder, professor Waldenor Pereira, nós temos: odontologia, enfermagem, fisioterapia, biologia, educação física. Vocacionado, Sr. Presidente, Srs. Defensores Públicos.

O nobre deputado veio dizer que eu não teria dito a verdade, quando eu disse que o ex-governador Paulo Souto tirou de Jequié o que lhe era de direito, porque lá é vocacionado para a área de saúde. O campus de Vitória da Conquista é vocacionado para a área de serviços: direito, sistema de informações, história, administração, ciências contábeis.

Os senhores defensores são homens formados e sabem que a estrutura do campus de Jequié tem bibliotecas, laboratórios, professores, tudo da área de saúde. Se a Uesb ia implantar um curso de medicina teria que buscar onde tivesse as melhores condições para a implantação, que seria, sem sombra de dúvida, o campus da Uesb, em Jequié.

O governador Paulo Souto, injustamente, negou a Jequié essa implantação do curso de medicina, levando para o campus de Vitória da Conquista por interesses eleitoreiros. Havia uma possibilidade da implantação do curso de medicina pela Universidade Federal, trazida pelo PT de Lula. Mas Paulo Souto, para querer levar vantagem, correu e pegou o curso de medicina, que era no campus de Jequié, e determinou a Uesb para o curso ser implantado no município de Vitória da Conquista.

Mas, Sr. Presidente, Deus é justo. O governador Jaques Wagner, compreendendo a injustiça que foi praticada pelo ex-governador Paulo Souto, mesmo que o nobre deputado Clóvis Ferraz não queira entender isso, mas foi uma injustiça praticada pelo governador

Paulo Souto. E que fique, Sr. Presidente, registrado nos Anais desta Casa que o governador Jaques Wagner corrigiu essa injustiça praticada pelo ex-governador Paulo Souto no município de Jequié, quando negou a implantação do curso de medicina no campus da Uesb com mais infraestrutura, com mais condições, para atender aos reclames eleitoreiros do município de Vitória da Conquista.

Sr. Presidente, eu ia falar sobre a Defensoria Pública, infelizmente o meu horário não está permitindo, mas retornarei para falar desta tribuna e mostrar que o ex-governador Paulo Souto e os demais ex-governadores nunca tiveram vontade política para estruturar esse instrumento da democracia, que é a Defensoria Pública.

E vem agora o deputado Clóvis Ferraz dizer que não houve avanço no governo Jaques Wagner. Eu vou provar desta tribuna os avanços na distribuição de justiça que nós tivemos depois que Jaques Wagner assumiu o governo e quando se iniciou essa legislatura, que muito contribuiu para os avanços que nós temos, no que diz respeito à distribuição da justiça pelo Poder Judiciário e órgãos a ele atrelados, para que possa dizer com quem está o direito, e para que o pobre possa ter acesso à justiça, através de uma Defensoria Pública estruturada e que possa também ter a condição de bater na porta do Poder Judiciário e lá reclamar direitos que foram violados ou que estão ameaçados.

Retornarei a esta tribuna, Sr. Presidente, para falar da Defensoria Pública e mostrar ao deputado Clóvis Ferraz que o governo de Paulo Souto, o governo de César Borges, o governo do saudoso Antônio Carlos Magalhães apenas deixaram a coisa como estava, nada fizeram para o crescimento, para a construção de uma Defensoria Pública autêntica, competente, para cuidar da sua nobre missão, que é defender aqueles que não podem pagar um advogado para ir ao Poder Judiciário.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Concedo a palavra ao nobre deputado Waldenor Pereira pelo tempo de até 5 minutos.

**O Sr. WALDENOR PEREIRA:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr<sup>as</sup>. Deputadas, Sr<sup>as</sup>. Defensoras Públicas do Estado da Bahia...

(Tumulto nas Galerias.)

Sr. Presidente, pediria licença para olhar o tempo...

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Senhores, há um deputado na tribuna, logo, gostaria de pedir silêncio ao Plenário.

**O Sr. WALDENOR PEREIRA:-** Sr. Presidente, espero que V.Ex<sup>a</sup> seja tolerante em relação tempo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Defensores Públicos presentes às Galerias Paulo Jackson, o Estado da Bahia ainda é um dos maiores violadores dos direitos humanos no Brasil e assim classifica-se porque, infelizmente, ainda convivemos com os

piores indicadores sociais do Brasil, no governo Jaques Wagner, o triste e vergonhoso título de campeão nacional do analfabetismo, da pobreza; com doenças que já foram controladas em outros estados, com o título de 21º estado da federação no índice de desenvolvimento social, 24º no índice de desenvolvimento da juventude e que, por isso, mais do que justa, a necessidade da estruturação de uma Defensoria Pública com seu pessoal com condições de trabalho, estrutura suficiente e necessária para dar conta dessa dura e vergonhosa realidade vivida pelo Estado da Bahia.

Porém, na condição de Líder do governo, quero, respeitosamente, contestar o nobre deputado Clóvis Ferraz, porque no nosso governo, muitos avanços já foram experimentados pela Defensoria Pública...

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Gostaria de pedir silêncio às Galerias.

**O Sr. WALDENOR PEREIRA:-** Espero receber da nobre defensora o mesmo carinho e a mesma educação com a qual me dirigi a ela, reconhecendo até a importância e o papel da Defensoria Pública, sem dúvida nenhuma um dos órgãos mais importantes, especialmente para nós que fomos forjados no movimento social e popular.

Todavia quero, como Líder do governo, mostrar e provar os avanços alcançados pela Defensoria. Por exemplo, este ano, Srª Defensora, que está mais inquieta e nervosa, o orçamento da Defensoria Pública foi ampliado de R\$ 25 para R\$ 47 milhões. Tenho esses dados e posso mostrar a V.Sª que são verdadeiros.

Quero provar também que, no nosso governo, 93 defensores aprovados no concurso realizado pelo governo já foram admitidos, e é importante destacar que, nosso governo, houve, no quadro de defensores, um crescimento no nosso governo de, aproximadamente, 100%, pois nesse quadro existiam 90 e poucos quando o governador Jaques Wagner assumiu o poder.

Quero apresentar também como avanço, embora reconheça que a remuneração dos defensores ainda não é substancial e precisa melhorar, que também já foi aprovada por esta Casa Legislativa uma melhoria dos salários, da gratificação.

Portanto, três exemplos categóricos já mostram, com clareza, que avanços existiram embora reconheçamos – e, por isso, hipotecamos a nossa solidariedade aos defensores públicos do Estado da Bahia - a necessidade de melhor estruturação, da ampliação do quadro e dos salários e melhoria das condições de trabalho deles.

É muito ruim quando os defensores se dirigem a esta Casa, especialmente ao Líder do governo, e têm um comportamento constrangedor como esse, porque nunca nos negamos, com parlamentar, independente da função que exercemos hoje, de estar ao lado deles, brigando, de forma contundente, pela ampliação do Orçamento, defendendo junto ao nosso governo a ampliação da remuneração e a ampliação...

(Deputados da Oposição reclamam do tempo do orador.)



**O Sr. WALDENOR PEREIRA:-** Fui prejudicado, deputado Paulo Azi, no início, em 1 minuto, em função...

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Deputado Waldenor...

**O Sr. WALDENOR PEREIRA:-** (...) V.Ex<sup>a</sup> estava ausente. Houve um problema no Plenário...

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- (...) Não interrompendo o deputado, estamos dando mais 1 minuto ao orador porque ele foi prejudicado no início de sua fala.

**O Sr. WALDENOR PEREIRA:-** É uma pena, porque tanto as Galerias quanto a Oposição estão tentando impedir o debate sobre uma instituição tão importante, que tem gozado do nosso apoio, do nosso prestígio em todas as demandas que aqui são encaminhadas.

Voltaremos a tratar deste assunto, mas não há como tratá-lo sem revelar a verdade mais absoluta: os avanços significativos que a Defensoria Pública vem experimentando neste governo sem naturalmente desconsiderar outros avanços que possam até ter experimentado nos governos anteriores.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Com a palavra o deputado Paulo Azi, pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. PAULO AZI:-** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, inicialmente, peço desculpas aos defensores públicos, que mais uma vez nos honram com suas presenças, pela deselegância do Líder do governo nesta Casa. (Palmas) Peço desculpas a V.S<sup>as</sup>, que sempre foram muito bem-vindos a esta Casa, por isso mesmo não merecem receber nenhum tipo de carão, nenhum tipo de restrição ao comportamento de vocês neste Plenário.

Este governo, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, mais uma vez demonstra cabalmente à nossa sociedade o quanto é prepotente e o quanto é mentiroso naquilo que diz à nossa população. Este governo, que se diz transparente e democrático, nega-se, Sr. Presidente, recusa-se a atender a presidenta da Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia. (Palmas) Que governo é este que não concede uma audiência sequer à presidenta da Associação dos Defensores Públicos?! Durante todo este ano, ela solicitou uma audiência ao Sr. Secretário da Administração, solicitou uma audiência ao todo-poderoso secretário das Relações Institucionais, solicitou uma audiência a S. Ex<sup>a</sup> o Governador da Bahia e agora recebe como resposta o silêncio, deputado Luiz de Deus. O silêncio!

É este o governo que no discurso é democrático, é transparente, mas não tem coragem de receber não apenas os defensores públicos como também os servidores públicos do nosso Estado. Não tem coragem para, se for o caso, negar algumas solicitações dos defensores públicos e dos servidores do nosso Estado. Por isso mesmo todos eles se escondem!

Deputado Waldenor, não é apenas a solidariedade que os defensores públicos esperam do Líder do governo nesta Casa. Como Líder do governo, deputado Waldenor, pode muito bem, se V.Ex<sup>a</sup> assim o quiser, marcar uma audiência para que os defensores públicos possam discutir os seus problemas com as autoridades do Estado. É o mínimo que os defensores públicos esperam de V.Ex<sup>a</sup>; não é a solidariedade nem a palavra de apoio; é a ação que nós esperamos das lideranças do governo nesta Casa.

O que não podemos, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, é, por falta de diálogo e negociação, ver a nossa população ser prejudicada. Existe uma greve, Sr. Presidente, colocada no âmbito do nosso Estado, no âmbito dos defensores públicos, simplesmente por falta de diálogo e de negociação. É isso que, tenho certeza, faz com que, mais uma vez, os defensores públicos do Estado da Bahia venham recorrer a este Parlamento, que sempre se portou como parceiro dos defensores públicos; este Parlamento que, em muitas ocasiões, deu as mãos, esqueceu das divergências político-partidárias e, com um trabalho conjunto, teve oportunidade de proporcionar ganhos efetivos a essa nobre instituição, que muito trabalha em benefício do nosso povo.

Portanto, Sr. Presidente, esperamos, tenho certeza de que o Líder Waldenor Pereira, num momento de rara felicidade, deputado que sempre esteve ao lado das causas dos trabalhadores, possa interceder junto às autoridades do seu governo, fazendo com que se abra efetivamente um canal de negociação e de diálogo, que é o que esperam os defensores públicos do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Concedo a palavra ao nobre deputado Heraldo Rocha pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. HERALDO ROCHA:-** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembléia*, radiouvintes da *Rádio Oposição*, defensores públicos que nos honram com suas presenças nesta Casa, gostaria inicialmente de mandar incluir nos Anais da Casa um editorial de hoje da *Folha de S. Paulo*: "*A reforma chega ao Supremo: razões históricas explicam o funcionamento do nosso sistema judiciário, incompatível com as necessidades da população*".

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, meu caro companheiro de partido e grande liderança da Bahia, deputado Luiz de Deus, V.Ex<sup>a</sup>, que foi um dos grandes parceiros da Defensoria Pública do Estado da Bahia, sabe que esse assunto não é partidário, ideológico. Agora, o que não pode é o Líder do governo e o seu Vice-Líder virem aqui a esta tribuna fazer discurso demagógico.

Desculpe-me, deputado Waldenor, o discurso de V.Ex<sup>a</sup> foi demagógico. O deputado Paulo Azi colocou, com muita propriedade e muita clareza: marque uma audiência com o governador e a Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia, pt saudações. Esse

é o papel da liderança do governo. Surpreende-me, nobre deputado Roberto Muniz, que hoje praticamente é a primeira sessão que estamos tendo depois do recesso parlamentar. Hoje de manhã, já demos a resposta, derrotando a Base aliada do governo, aprovando na Comissão de Finanças e Orçamento requerimentos pedindo explicações ao governo sobre essa farra, sem licitação pública, sobre os gastos deste governo inescrupuloso, corrupto.

Mais de 500 milhões foram gastos por esse governo sem licitação. Cadê a transparência? Cadê o republicanismo? Cadê o governo democrático? O governo democrático é uma estudante ser estuprada no campus da universidade, são jovens sendo mortos em chacinas na periferia, é no Bairro da Paz, ontem, uma criança ser internada na UTI do Hospital Roberto Santos vítima de tiroteio, é a Paralela sendo submetida à violência. Enquanto isso, o nosso governador está no Centro Administrativo, entregando ônibus à população.

Com que dinheiro ele comprou esses ônibus, deputado J. Carlos? Com recursos privados! Qual foi o investimento que esse governo fez para fazer aquela propaganda enganosa, utilizando o espaço público do Centro Administrativo? Enganosa! Mentirosa! Os ônibus foram comprados com recursos dos empresários, e o governo não tem participação alguma. A não ser que o Banco do Brasil ou Banco do Nordeste ou o BNDES tenham posto dinheiro no Orçamento do Estado.

A saúde está um caos; a violência e a criminalidade estão deixando a população da Bahia com medo de sair de casa. Temos visitado os bairros populares de Salvador com o nosso candidato a prefeito, ACM Neto, e a população nos diz: “Deputado, nós não temos condição de sair de casa, nossos filhos estão sendo mortos”. E sabe quem são os filhos? Aqueles que foram usados como massa de manobra: pretos, pobres e moradores da periferia.

Portanto, Líder do governo, V.Ex<sup>a</sup>, com o prestígio que tem com o nosso governo, como V.Ex<sup>a</sup> fala, então diga ao nosso governo que marque uma audiência com os defensores públicos da Bahia. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

## GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Grande Expediente.

Com a palavra ao nobre deputado Roberto Muniz, pelo tempo de até 25 minutos.

**O Sr. ROBERTO MUNIZ:-** Sr. Presidente, quero, inicialmente, solidarizar-me com os defensores públicos em sua tentativa de serem recebidos pelo governo do Estado, uma luta tão importante para todo o povo baiano, que precisa da presença de V.S<sup>as</sup> para diminuir uma distorção tão grande que existe no sistema judiciário estadual, no qual vemos a força que o Estado tem para acusar o cidadão e o esquecimento que esse Estado tem para defender o próprio cidadão.

Então, para diminuir essa distância entre uma força grande e fazer com que a Justiça chegue aos mais pobres, nós percebemos que só ampliando o Orçamento e melhorando a qualidade do ambiente de serviço dos defensores públicos é que teremos uma Justiça mais igualitária e, principalmente, focada nos que mais precisam, que são os mais pobres.

Hoje, por volta de meio-dia, nobres colegas, passei 2 horas, deputado Heraldo Rocha, num engarrafamento no Campo Grande. Ali havia um sentimento de revolta da juventude, dos estudantes da UFBA, porque mais uma garota tinha sido vítima de estupro em área muito próxima à Reitoria.

Percebemos que a Bahia está entrando num processo onde a violência urbana é vala comum. Não há um só dia em que a família baiana não tenha que enxugar as lágrimas de uma mãe de família que perde um filho. Perde porque foi ceifada a vida ou porque o seu filho foi levado para a marginalidade. Percebemos que essas distorções são muito grandes e que hoje a violência urbana é eu mal que está afligindo o cotidiano de todos os baianos.

Na minha cidade, Lauro de Freitas, não tem sido diferente. O nosso cotidiano é verificar que a cada dois dias um homicídio acontece naquela cidade, em Itinga, Portão, Vilas do Atlântico, nos bairros carentes, como Areia Branca. Já não temos mais segurança em lugar algum e não adianta aumentar os muros, criar mais cães de guarda, porque a violência já não está restrita só à nossa casa. Ontem, aqui na Paralela, tivemos o fechamento da pista e, logo após esse fechamento, um arrastão. Triste Bahia!

Hoje, presidente, temos a oportunidade de vivenciar o que é o cotidiano do Rio de Janeiro, que se transportou para cá. É pena que não foram as coisas boas. Enquanto copiamos o Rio de Janeiro no aumento da violência, infelizmente, quando percebemos que o crime organizado vindo do Sul se alastra e se entranha na sociedade baiana, ao mesmo tempo, percebemos que os valores do povo baiano escolhem outro lugar para ser sepultado.

Isso quer dizer que perdemos hoje vidas aqui e, mais do que isso, os baianos ilustres, que poderiam desejar e sonhar voltar a sua terra, para que próximo ao mar de Itapuã poder ter o seu descanso final, assim não o quis a sua família. Algo de diferente está acontecendo com a Bahia. Assim foi a escolha da família Caymmi.

A Bahia hoje passa não só por um problema de segurança, ela está perdendo a sua identidade, os seus valores, a família baiana está se desestruturando. É uma reflexão que faço, porque, quando a violência chega a um Estado e este não tem autoridade para enfrentar essa violência, desestrutura não o Estado, mas a sociedade, e é essa desestruturação que estamos percebendo a cada dia no Estado da Bahia.

Mas, hoje, quero aproveitar este Grande Expediente para falar sobre um instituto, o Instituto Democrático, que parecia, quando da sua criação, que seria algo muito importante para a consolidação da democracia brasileira.

Desejo debater um pouco hoje sobre a questão do instituto da reeleição, deputado Clóvis Ferraz. A reeleição apareceu em 1998, fruto de uma manobra política feita pelo então presidente Fernando Henrique no Congresso Nacional. Depois daí, a reeleição passou a

ser um valor democrático em nosso Estado. Após dois anos, logo tivemos a primeira reeleição municipal, Sr. Presidente. Desde o início fui muito contrário à tese da reeleição. Naquela época, ainda prefeito, abri mão da minha reeleição e lutei para fazer o meu sucessor.

Penso que você tentar colocar à disposição da sociedade alguém para dar continuidade ao seu projeto político, seja do seu partido ou de outro, lhe dá pelo menos a postura mínima da isenção. Não a isenção política. Mas consegue blindar a possibilidade de não haver uma isenção administrativa para que o pleito não passe a ser viciado por uma intenção pessoal de se manter no poder. Porém a instituição da reeleição permaneceu no País até hoje, e alguns já pensam em ter uma segunda reeleição para o presidente Lula.

No entanto, vejam bem, precisamos perceber que o instituto da reeleição causa danos muito profundos à democracia, que é a escolha livre e soberana, através do povo, dos seus representantes. Todavia, quando da reeleição de um prefeito, percebemos que tal soberania, tal escolha livre já não acontecem mais porque há uma presença muito forte da máquina municipal influenciando no eleitor, diferentemente de reeleições no âmbito dos Estados e do governo federal.

A prefeitura tem um poder muito grande no cotidiano da cidade. O prefeito pode, a cada instante, coagir os funcionários porque a máquina é muito próxima a ele. Há uma questão clara de que, numa tentativa de se reeleger, o prefeito - neste caso, a prefeita - tira essa possibilidade de escolha de forma livre porque cabe a ele o funcionamento cotidiano da cidade, deputado Heraldo Rocha, a fiscalização do trânsito. Cabe a ele também o funcionamento do posto médico, da escola municipal, do sistema de transporte, a execução dos programas sociais, o cadastramento, a entrega de uma cesta básica ou do cartão do Bolsa Família. É muito poder dado a alguém que já está no poder e deseja continuar.

O Sr. Heraldo Rocha:- V.Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O Sr. ROBERTO MUNIZ:-** Está inscrito.

Percebemos, deputado Heraldo Rocha, que aí se retira desse cenário, desse ambiente democrático a possibilidade da livre escolha.

Quando o governante municipal se reúne com funcionários públicos e os obriga - aí é uma prática nova no País de ter que assinar uma ficha partidária, deputado Paulo Azi, e por trás disso está o partido da boquinha, o dízimo político que patrocina atrocidade nas ruas, como panfletos apócrifos, carro de som sem a devida inscrição eleitoral. É através desse financiamento indireto do processo eleitoral, saindo dos bolsos dos contribuintes...

Não me venha, deputado Gaban, dizer que, naquele instante da contratação, na presença do diretor fazendo com que um funcionário tenha que assinar a ficha, não há uma coação ou um acordo de ampliação do salário para que parte desse salário esteja nos fundos partidários. Isso deveria acabar neste País, para que tenhamos, defensores públicos, uma eleição sem vícios, um cenário democrático de direito, que a escolha seja livre, que tenha possibilidade de haver um confronto entre alguém que está instalado no poder e outro que está fora. É preciso que se avance nesses controles.

Já houve alguns avanços. Tiraram-se os showmícios, achei fundamental, as camisetas e os brindes. Não é possível, deputado, que a gente pare com esses avanços somente! A gente precisa tirar esse financiamento de partido de boquinha. O pior é que vem pelo caixa 1. O contribuinte paga e não sabe. A gente sabe que há sindicatos que patrocinam campanhas de deputados e governadores. É o trabalhador pagando para se fazer política de forma indireta. Deveria acabar com isso. Deveria neste País, deputado Heraldo Rocha, se alguém tivesse participado de qualquer sindicato, ficasse lá por quatro ou cinco anos, depois sair na geladeira - da mesma forma que faz com o ministro -, para a gente tentar fazer com que essas instituições respirem verdadeiramente o ar da democracia.

Quantas vezes a gente vê, deputado Gaban, o presidente de um determinado sindicato dizer: não, esse sindicato não é do trabalhador, é do partido A, esse sindicato é do partido B. É interessante que quando eles chegam ao poder os espaços democráticos somem.

Em Lauro de Freitas, a Asprof, há quatro anos, promoveu um debate entre os candidatos a prefeito e a prefeita da cidade. Este ano, até hoje, não marcaram um debate. Mandaram dizer que não iria ser mais debate, deputado Gilberto Brito. Será debate do deputado que quer ser prefeito com os professores, da prefeita para a reeleição com os professores. Ou seja, a máquina estará a serviço da mobilização no dia do convite da que deseja a reeleição. E a mim cabe tentar reunir alguns poucos para poderem ouvir a minha proposta. É assim o espírito democrático que hoje campeia neste Estado e neste País.

Olha, a gente precisa perceber muito o quanto perdemos nesses últimos anos de espaço democrático. A reeleição tem sido um mecanismo danoso a este País. Precisamos, inicialmente, deputado Pedro Alcântara, realizar eleições gerais neste País, acabar com esta máquina eleitoral, de 2 em 2 anos parar o País, os estados e municípios e ver o planejamento estratégico ficar do nosso Estado em soluções, pois este País caminha em soluções, a cada um ano e meio pára a fim de ouvir propostas de partidos políticos.

Outro dia, em debate com algumas pessoas da imprensa, perguntei por que não defendiam essa tese, e um amigo jornalista respondeu-me que seria bom para os jornais e para a imprensa que houvesse eleição todo dia. As manchetes estão aí para perceber que o período eleitoral é um maná de informações e de deformações para a sociedade. E quem paga o preço dessa falta de planejamento estratégico do Estado é a própria sociedade, não os políticos. Quem tem pago esse preço é a sociedade, que não consegue ter um espaço e um momento isento para exercer o direito de escolha.

Em um país em que as leis são iguais à moda, ou seja, umas pegam, outras não, a situação dos poderes tem demonstrado, a cada instante, que não há isenção necessária para que seja exercido o objetivo maior e vemos campear, de 2 em 2 anos, quando não no município, mas sim nos estados ou na federação uma ampliação, em que se aumentam os cargos, criam-se mais cargos comissionados, e, com mais cargos comissionados, mais dinheiro para os partidos da boquinha e, com isso, mais recursos para as campanhas deles.

Percebemos também que, quando se chega ao final do governo, como está ocorrendo em Lauro de Freitas, parece que a necessidade dos serviços públicos se avolumam de uma forma, que se tem que sair contratando nos últimos meses o que não se contratou durante 36 meses. Numa necessidade visceral de mostrar obras que a população não viu, um governo que, às vezes, passou imperceptível nos últimos 3 meses, antes do início do processo eleitoral, promove uma avalanche de propaganda, tentando motivar o eleitor com o objetivo claro da autopromoção. Conseguimos tirar a possibilidade de a imagem do gestor não aparecer, mas, se isso não ocorre, aparecem as realizações, muitas vezes fictícias, mentirosas, irresponsáveis e numericamente incabíveis.

Mas, deputado Gilberto Brito, em um momento até de descontração, posso dizer que a prefeita Moema Gramacho acaba de bater o recorde mundial de pavimentação na cidade de Lauro de Freitas, da publicidade dela, ela vai receber a medalha de ouro, presidente Marcelo Nilo. A prefeita asfaltou, nada mais nada menos do que 150 quilômetros quadrados. Para um leigo, talvez, esse número... tem também a questão da matemática, há pessoas que não sabem as dimensões. O município de Lauro de Freitas tem apenas 59 quilômetros quadrados, Srs Defensores. Ou seja, ela asfaltou as ruas, o teto das casas, conseguiu asfaltar o rio Joanes, o rio Ipitanga, as copas das árvores e, não satisfeita, bateu a primeira e a segunda lage de asfalto. Está aqui.

É um absurdo o que se faz com os recursos públicos. A Constituição estabelece que a informação é um direito do cidadão, mas quando a informação vem eivada de vícios para a promoção pessoal ela não informa, ela desinforma, adultera o processo democrático. Assim, esse país do faz-de contas, deputado Heraldo Rocha, faz com que os processos eleitorais não se aperfeiçoem e vejamos a cada dia novos gestores entrando no poder público sem nenhuma capacidade de gerir orçamento.

Que bom, agradeço a Deus todos os dias, que há na possibilidade da democracia a alternância do Poder. Vi gente subir aqui e dizer: aumentar a quantidade de defensores públicos é só uma questão de vontade política. Aumentar o quadro, dar melhores condições e ampliar a defensoria pública é só uma questão de vontade política. Hoje eles têm que vir aqui e dizer: tenham calma. Hoje eles precisam dizer: eu pensava assim, mas o orçamento... Que bom que a democracia faz com que a história seja igual ao espelho e que coloque todos desnudos à frente dos nossos eleitores. Que bom se algum dia, Srs. Defensores, nós pudermos ter eleições livres, de fato, neste País e que a qualidade de quem quer servir ao povo, ao cidadão e a sociedade seja colocada à disposição da sociedade e ela livremente possa escolher seus representantes. (Palmas)

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das representações partidárias.

Com a palavra O Líder do PCdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo tempo o Líder do Governo deputado Waldenor Pereira.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Waldenor Pereira pelo tempo de até 10 minutos.

**O Sr. WALDENOR PEREIRA:-** Sr. Presidente, Srs. Defensores, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, agora há pouco estive reunido com a presidente da Associação de Defensores Públicos, Dr<sup>a</sup> Laura Fabíola, que me passou informações a respeito da proposição apresentada ao governo da Bahia. Quero aqui, de forma muito tranqüila, ponderada e humilde dizer que estou tomando conhecimento da proposição pela primeira vez, pelo menos a proposição que motivou o estado de vigília, de paralisação. Estou saindo agora, logo após o meu pronunciamento, para uma reunião com o secretário de Administração com o intuito tratar do assunto. Todavia, cabe a mim na condição de Líder do governo, mais uma vez destacar que esta Casa Legislativa, nesta legislatura, já tomou decisões importantes que representaram avanços significativos para o bom funcionamento da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Queremos chamar a atenção que a Defensoria Pública existe na Bahia há mais de 20 anos. Quando o governador Jaques Wagner tomou posse havia, se não me engano, 90 e poucos defensores trabalhando nessa extraordinária instituição. Hoje, segundo dados que recebi há pouco, estão exercendo suas atividades 193 defensores. Não é pouca a diferença entre 20 anos e 1 ano e meio de governo, já que foi dobrado o quadro de defensores, ainda que reconheçamos, ponderadamente, tratar-se de um quadro insuficiente para a extraordinária demanda existente no Estado da Bahia, por conta dos indicadores sociais já destacados aqui, que não foram construídos pelo governador Jaques Wagner.

Se a Bahia, hoje, ostenta esses vergonhosos, perversos e nocivos indicadores sociais é porque foram construídos em décadas. Não se faz tantos analfabetos em 1 ano e meio; não se cria déficit habitacional – e a Bahia tem o 2º maior déficit habitacional do País – em um 1 ano e meio; não se construiu indicadores sociais na saúde e educação tão vergonhosos, que tanto castigam a sociedade baiana, no governo Jaques Wagner. Esses indicadores foram construídos por décadas e, infelizmente, classificam o nosso Estado hoje, no que diz respeito à questão social, nos últimos lugares dentre as unidades da Federação.

O nosso governo também, é importante dizer – e tenho dados para provar –, ampliou o Orçamento da Defensoria, que passou de R\$ 27 milhões em 2007 para R\$ 45 milhões em 2008. É um valor pequeno? É pequeno. Deve ser aumentado? Deve. Mas não se pode negar o crescimento do Orçamento, que foi de quase 100%, pois passar de R\$ 27 milhões para R\$ 45 milhões é um crescimento significativo, ainda que não corresponda ao ideal e desejado para que a Defensoria Pública possa atuar em sua plenitude e cumprir suas prerrogativas, suas atribuições, suas responsabilidades.



O nosso governo também encaminhou para esta Casa Legislativa, e aprovamos, o Fundo de Assistência Financeira da Defensoria Pública do Estado da Bahia. Ainda que não seja uma matéria que diga respeito ao interesse direto, pessoal dos defensores, foi uma medida tomada para melhorar o funcionamento da Defensoria, na medida em que representará uma fonte alternativa de recursos para o seu bom funcionamento.

Também o nosso governo tomou a iniciativa de encaminhar a esta Casa, e votamos e aprovamos por unanimidade, é importante destacar aqui, deputado Luiz de Deus – V.Ex<sup>a</sup> que é um grande defensor dos interesses da Defensoria Pública, reconheço, apesar de sermos adversários nesta Casa –, o aumento da remuneração. Foi um aumento pequeno? Foi. Foi a incorporação de uma gratificação? Foi. Mas representou um ganho remuneratório para os defensores.

Portanto, estou apresentando aqui, para a reflexão dos amigos defensores e defensoras, medidas concretas do Poder Executivo e também desta Casa Legislativa.

É bom lembrar também que a própria autonomia conferida por emenda constitucional da Defensoria Pública também foi aprovada por esta Casa Legislativa. Ou seja, todos os pleitos que aqui chegaram e que foram negociados, encaminhados através do diálogo, do bom senso, esta Casa Legislativa aprovou com o apoio do governo Jaques Wagner.

Eu dizia há pouco à professora Laura Fabíola, e agora quero me dirigir respeitosa-mente aos defensores, que os gregos criaram a política para mediar conflitos através do diálogo, do entendimento, da conversa. O saudoso deputado Ulisses Guimarães, num determinado episódio da sua vida, nos ensinou que o combustível do político é a saliva. Incentivando o diálogo, o entendimento, a conversa, tem-se a forma alternativa de solução dos problemas.

Portanto queria pedir desculpas aos defensores também, talvez pela forma verdadeira de me dirigir àqueles que me contestaram quando eu estava defendendo legitimamente o nosso governo, porque eu, Waldenor Pereira, Líder do governo, estou tomando conhecimento das proposições agora. Nenhum defensor me procurou para intermediar audiência com o governo. Nenhum. Inclusive conversei com a Dr<sup>a</sup> Laura há poucos instantes, não fui procurado para intermediar audiência com o governo, ainda que sejam verdadeiras as dificuldades que estejam enfrentando os defensores nessa mediação, nesse diálogo com o governo.

Estou me ausentando daqui dentro de alguns minutos para ir à Secretaria da Administração do Estado da Bahia buscar a intermediação dessa proposição, desse pleito, dessa reivindicação dos defensores públicos do Estado da Bahia. Todavia quero também, com a responsabilidade que me cabe de representar o governo nesta Casa, na condição de seu Líder, pedir calma, tolerância, paciência aos defensores e defensoras nesse processo de negociação.

A Bahia, infelizmente, ainda é o Estado que paga muito mal aos seus servidores. Setenta por cento dos servidores públicos do Estado da Bahia percebem um salário mínimo

como salário-base. Até poucos meses atrás, esses 70% de servidores recebiam menos de um salário mínimo como salário-base. Há uma pressão legítima sobre a Secretaria da Administração, sobre o nosso governo, na perspectiva da recuperação das carreiras, na perspectiva da recuperação dos salários, por isso se recomenda tolerância, persistência, naturalmente, para que possamos sair desse processo todos vitoriosos. Os defensores, naturalmente, estão reestruturando organizacionalmente e recuperando também os seus salários. Esta Casa Legislativa aprovará um projeto dessa natureza que aqui deverá chegar, e o Poder Executivo também, dentro das possibilidades do Estado, progressiva e paulatinamente, apoiará essas novas e legítimas reivindicações da Defensoria Pública.

É isso que tenho a dizer, estarei me ausentando agora para conversar com o secretário Manoel Vitório na expectativa de contribuir com o diálogo, com a intermediação do debate, porque é importante deixar claro que não cabe a mim o poder de decisão, mas aquilo que cabe a um Líder de governo intermediar,...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

**O Sr. WALDENOR PEREIRA:-** (...) estarei cumprindo o meu papel e posteriormente levando informações à presidenta da Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PSC para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o comunista do PCdoB, deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 10 minutos.

**O Sr. ÁLVARO GOMES:-** Sr. Presidente, Srs. Defensores Públicos, queria informar que eu e o deputado Luiz de Deus estamos elaborando o projeto de resolução da Frente Parlamentar da Defensoria Pública. Estamos fazendo essa proposição e devemos dar entrada hoje ou amanhã – já está praticamente pronta –, porque nós entendemos que é fundamental o fortalecimento da Defensoria.

Entendemos que essa não é uma luta do partido “A”, do partido “B”. Essa é uma luta de toda a sociedade e deve ser a luta de todos os defensores. Esses problemas que acontecem, as dificuldades são normais. O debate político que travamos nesta Assembléia Legislativa não é nada mais nada menos do que o exercício da democracia. Portanto, esse debate político também é importante: o contraditório, pontos de vista. Agora, é preciso que todos tenham consciência da necessidade de cada vez mais unificar para que possamos avançar rumo ao fortalecimento da defensoria Pública.

No que diz respeito à Justiça, passamos por grandes avanços. A Lei de Organização Judiciária, desde 1979, não sofria uma modificação profunda. Na legislatura passada, tramitou aqui o projeto de lei de Organização Judiciária, que não foi aprovado. Passaram-se quatro anos sem avançar. Nesta legislatura, conseguimos um avanço: em um ano, conseguimos aprovar a Lei de Organização Judiciária. Esta, se implementada, trará grandes benefícios para a população no que diz respeito à eficiência, à acessibilidade, à transparência e à melhoria dos serviços judiciários para toda a nossa população.

Por aqui também passou, recentemente, o projeto de lei do Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário do Estado da Bahia. Esse projeto tramitou aqui na Assembléia Legislativa. Tivemos grandes discussões e conseguimos chegar a um denominador comum e aprová-lo. O projeto apresentado inicialmente pela análise do Executivo feria a Lei de Responsabilidade Fiscal e, assim, colocava o Estado numa situação de inadimplência, prejudicando não apenas os servidores do Judiciário, mas toda a população. Tivemos a capacidade de chegar a um denominador comum. O esforço do Líder do governo, a participação efetiva dos servidores aqui em greve, em mobilização, de outros parlamentares, o Executivo e nós conseguimos chegar a um denominador comum aprovando o plano de carreira dos servidores, algo que não acontecia há anos.

Agora, estamos aqui também, em que pese o avanço que já conseguimos no que diz respeito à Defensoria Pública, precisamos avançar muito mais. É isso que temos que fazer. A presença de vocês aqui é muito importante, é fundamental para travarmos esse debate. Vamos discutir! Não tenho conhecimento do projeto. Naturalmente, ele está tramitando, neste momento, me parece, no Executivo. Particularmente, não tenho cópia dele, não sei exatamente de que é que consta, o Líder do governo também não tem esse projeto, precisaria ter, não só o Líder como os parlamentares, para que possamos discutir, travar esse diálogo e essa interlocução com o Executivo.

Se há dificuldade para uma audiência com o governo, existe o Líder do governo que pode marcar essa audiência, viabilizar essa interlocução para que possamos avançar. Agora, é importante que vocês estejam aqui, debatam essa questão, discutam com a Assembléia Legislativa e o Executivo, para chegarmos a um denominador comum. Não tive acesso ao projeto, há aqui uma nota da associação que coloca que o projeto aborda questões importantes, tais como: prevê a criação de núcleos especializados, como a Defensoria Pública Especializada de Execuções Penais e Sistema Carcerário, Defensoria Pública Especializada de Proteção à Defesa do Consumidor, Defensoria Pública Especializada de Combate à Discriminação. Então, são três pontos aqui que constam como fundamentais ao projeto. Então, tudo de que tenho conhecimento são esses pontos. Não tenho conhecimentos dos demais pontos do projeto, é importante que esse projeto venha para a Assembléia Legislativa, mesmo que seja o anteprojeto. Não precisa ser o projeto oficialmente, pode vir o anteprojeto.

Os servidores do Poder Judiciário, antes mesmo de enviar o projeto para a Assembléia Legislativa, nos forneceram cópias para que pudéssemos observar, analisar. Eu, particularmente, participei da assembléia dos servidores do Judiciário e chegamos a um denomi-

nador comum. Evidentemente, existem polêmica, entraves, dificuldades, mas o importante é que pudemos avançar, dar um passo, e é isso que precisamos fazer. E demos passos. Podemos não conquistar tudo o que queremos, mas precisamos dar passos, avançar de acordo com a possibilidade, porque o governo tem todo interesse no fortalecimento da Defensoria Pública, tanto tem que o Orçamento dobrou, a contratação de cerca de 100 defensores, aumentando de 90 para 190. Claro que a defasagem ainda é muito grande, precisa-se de 580 e até mais. Além de concurso e da contratação de novos defensores, é preciso que os defensores atuais sejam valorizados no que diz respeito à questão salarial, às condições de trabalho, à estruturação da Defensoria Pública, aos seus princípios.

Então, é preciso esse fortalecimento, disso não temos nenhuma dúvida. Agora, é claro que esse debate é de uma instituição fundamental, mas existem outros servidores de outros órgãos que também precisam ser valorizados, ter também um tratamento especial. O Estado enfrenta dificuldades orçamentárias, mas o importante é que a boa vontade existe no sentido de tentar a resolução do problema, seja do Líder do governo, deputado Waldenor Pereira, ou do próprio governo, e vamos continuar. Insisto em que a presença de vocês aqui é importante, de preferência cotidianamente, para que possamos debater esses problemas buscando avançar.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de passar a palavra ao próximo orador, gostaria de fazer uma solicitação ao Líder do DEM, deputado Heraldo Rocha. Pela nova composição, tendo em vista que o deputado Tarcízio Pimenta pediu licença provisoriamente e quem assumiu foi o deputado Pedro Alcântara pelo PR, pelos cálculos aqui existem três Vice-Líderes do DEM. Então gostaria que V.Ex<sup>a</sup> indicasse qual deles sairá.

Com a palavra o Líder do PRTB para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 10 minutos. (Pausa) Na ausência dele, Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o Líder do PR para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, antes de indicar o orador, quero fazer um questionamento a V.Ex<sup>a</sup>: nunca me preocupei com isto porque sempre o meu partido esteve na Bancada da Oposição ou do governo. Nunca tinha me preocupado com esta questão da distribuição dos horários das Lideranças Partidárias porque estou vendo que todos os dias aqui o meu partido, com seis deputados, está sempre como primeiro. Em seguida vem o PSDB, PTdoB, PSL, PTB. Em terceiro, PP, PRP. Em quarto, PMDB. Em quinto, o Democratas. E em último, o PT. Gostaria então de saber o critério.

Se é da menor para a maior a Liderança Partidária, compreendo que a minha é a menor e realmente seria a primeira. Agora, o Democratas é a maior das Lideranças Partidárias e teria de ser a última se esse for o critério. Ou então teria que ser um rodízio. Qual o critério de distribuição? Como se dá isso? Gostaria que o senhor me explicasse.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, pela tradição da Casa o Líder do governo sempre fala por último.

Na realidade, os Líderes da Oposição falavam no início e os do governo falavam no fim, como sempre aconteceu aqui. O deputado Gildásio Penedo Filho fez um pedido logo no começo para que fosse feito alternadamente, e nós atendemos. Colocamos da menor para chegar até a maior. O que podemos fazer agora é um rodízio entre PR e PP. O PP primeiro, o PR terceiro e alternando os outros. Só o Líder do governo é que tem de falar por último. Sempre foi assim na Casa. Óbvio que não tem no Regimento, mas é tradição nesta Assembléia. Nós até atendemos o Líder da Oposição e sempre botamos os menores, aqueles com menor número de deputados, no início. No entanto, se V.Ex<sup>a</sup> quiser, poderemos orientar...

O Sr. Elmar Nascimento:- Pode continuar como está. Não faço questão porque estão derrubando as sessões sempre, e aí o primeiro é quem tem condições de falar aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PR para falar ou indicar orador, por até 10 minutos.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, falará o deputado Pedro Alcântara por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Pedro Alcântara, pelo tempo de até 10 minutos.

**O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:-** Sr. Presidente, demais membros que compõem a Mesa, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, imprensa e aqueles outros que também nos honram com suas presenças, em primeiro lugar quero dirigir a minha palavra aos defensores públicos do nosso Estado. Conheço a sua história de luta de há muito. Sempre estive associado a ela e enquanto estiver aqui nesta Casa hipoteco o meu irrestrito apoio às suas proposições e reivindicações, que acho mais do que justas e cujo atendimento tarda. É importante que esta Assembléia colabore, principalmente o governo, no sentido de atender uma categoria tão importante.

Conheço e tenho um ciclo de amizade muito grande com as Sr<sup>as</sup> e Srs. Defensores Públicos do nosso Estado. Lamento Juazeiro ter perdido seus dois defensores: um de acidente de carro e o outro recentemente, o Dr. Rui, que morreu no Rio de Janeiro num atentado. Era uma figura extraordinária que fazia a defensoria pública da nossa cidade. Espero que sejam designados dentro em breve outros defensores para atender a nossa comunidade, por isso, quero hipotecar o meu apoio irrestrito aos senhores.

Mas, Sr. Presidente, tenho transitado, como o deputado Elmar Nascimento, pela nossa região e queria alertar o governo para o estado precário das estradas daquele área da Bahia. E uma delas é considerada a terceira pior estrada do Brasil, que é a que liga Casa Nova a Remanso, Pilão Arcado e Campo Alegre de Lourdes. Então, faremos uma indicação ao governador para que dê seqüência ao trabalho que o ex- governador Paulo Souto fez na região quando iniciou a estrada da divisa de Pernambuco até a localidade de Lajedo no mu-

nicípio de Casa Nova. Essa estrada, até o momento, não teve continuidade, está quase intransitável, e é importante que o governo olhe para aquela região, uma das mais pobres do nosso país e precisa de uma atenção especial do governo.

Também a estrada que liga Juazeiro a Curaçá é importante, tem o nome de “Estrada da Fruta”. Foi um projeto de nossa autoria nesta Casa, e precisa de uma recuperação urgente, pois está prejudicando a exportação das frutas produzidas em nossa região. E nós sabemos que a uva e a manga, ambas sem caroço, são frutas nobres, e o mercado externo, o americano, o europeu e o asiático, é muito exigente na compra, tendo esses produtos que trafegar por estradas ruins chegando já deteriorados nos países importadores.

No ano passado, estava ausente desta Casa, mas vi a polêmica que se travou na imprensa sobre a estrada que liga Sobradinho a Sento Sé. Uma empresa fechou por falta de condições da estrada para trafegar a carga dos seus produtos. Portanto, Sr. Presidente, é necessário que o governo no presente momento... E estamos aqui como Bancada Independente para colaborar com o governo no sentido do que for bom para a Bahia e de trazer as reivindicações da nossa região.

Até o presente momento, o governo só tem dois erros: um administrativo e e o outro político. Precisa de apetite para governar, precisa se articular politicamente melhor para que possamos atender os compromissos, não nossos, mas que o governador Jaques Wagner fez na sua campanha. O governador não se cansa de dizer que os companheiros que comeram sal e poeira são os que estão governando com ele. Eu acho que já houve tempo suficiente para digerir a poeira e o sal e governar o Estado atendendo as demandas reprimidas. Não há mais o que se lamentar de herança maldita, de erros passados. Já se vai um ano e oito meses de governo e as reivindicações da população estão aquém do que se comprometeu o governo.

Nós estamos, Sr. Presidente, no período eleitoral e hoje começa a propaganda oficial, o que vai decidir os destinos de todos os municípios do Brasil. Hoje, em Juazeiro, Sr. Presidente... A Bahia toma conhecimento de que a grande mídia baiana se dedica à sucessão do prefeito de Salvador e não cobre, diariamente, a sucessão em muitos municípios importantes do nosso Estado, como Itabuna, Ilhéus, Feira de Santana, Juazeiro, a cidade onde tenho meu domicílio eleitoral, a minha cidade e dos deputados Misael Neto e Roberto Carlos. Enfim, há uma necessidade premente de que a Bahia tome conhecimento da evolução das campanhas nesses municípios.

Em Juazeiro, hoje, acontece um fenômeno eleitoral. Um candidato que, pela primeira vez, postula um cargo eletivo, começou em terceiro lugar nas pesquisas. Aliás, partiu do ponto zero e, hoje, lidera todas as pesquisas que são feitas em Juazeiro e região. Portanto, é um compromisso que não foi honrado por aqueles que dirigiram Juazeiro e, por muito tempo, quase 20 anos se alternando no poder, e o município, hoje, carece de uma administração mais dinâmica, mais eficiente, mais voltada para o social, mais voltada para o interior do município, mais voltada para os bairros periféricos de Juazeiro. Realmente, hoje, uma ne-

cessidade grande, e a administração atual não foi suficiente, não foi eficiente para atender essa demanda reprimida.

Esse candidato, que é o candidato do PCdoB, apoiado pelo nosso partido, o PR, apoiado pelo PT, pelo PSDB, PT do B, PTC, hoje lidera as pesquisas com amplas possibilidades de vitória e teremos, com certeza, uma administração diferenciada das que governaram Juazeiro por muito tempo.

Sr. Presidente, questiono algumas correntes políticas de alguns candidatos as pesquisas que foram feitas, inclusive proibiu-se entrar na Justiça para não permitir que essas pesquisas fossem publicadas. Mas, estou aqui em nome da aliança que escolheu Isaac Carvalho, Isaac da Joagro como candidato, para propor, e já fizemos isso nas emissoras locais, na mídia local, na mídia de Juazeiro, de fazermos uma pesquisa conjunta, todo mundo, os associados, contratar qualquer instituto da Bahia ou do Brasil para fazer uma pesquisa e termos o resultado, para colocar, realmente, quem está em primeiro lugar em Juazeiro.

Hoje o povo de Juazeiro vota num candidato jovem, que tem origem no seio dos colonos e a força econômica e do trabalho de Juazeiro, é um exemplo. Homem que tem mais de 500 empregados diretos e não tem uma ação na Justiça do Trabalho. Isso mostra, realmente, que é um grande empregador, um grande empreendedor e que Juazeiro, com certeza, vai confiar os seus próximos quatro anos a sua administração, que é uma esperança que renova na nossa juventude, nos empresários de Juazeiro, nos pequenos e médios produtores e principalmente entre os colonos, grupo em que ele tem um índice de aceitação de sua candidatura de quase 80%. Isso é um fenômeno eleitoral! E cada dia que passa a campanha fortalece, a campanha cresce e é aceito em todos os recantos onde chega e anda, onde faz a sua pregação política.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje, com certeza, Juazeiro vai ter um rumo diferente, porque há um cansaço, cansaço até natural, nada de ordem pessoal, contra duas lideranças respeitadas, cada uma teve oportunidade de governar 08 anos em Juazeiro, o ex-deputado e ex-prefeito Joseph Bandeira, candidato pelo PT e o atual prefeito, candidato pelo PMDB, eleito recentemente pelo PFL, hoje DEM, e hoje está nas hostes do PMDB, de coligação com o DEM, também já teve oportunidade, completa agora 08 anos de governo. E pede, cada um, mais 04 anos. Eu não entendo como é que, o que não se fez em 08 anos poderá fazer em 04 anos.

Então, na nossa visão política, com a nossa experiência política na experiência de cinco mandatos, e agora retornando à Assembléia como deputado estadual, sempre, nas cinco vezes deputado mais votado de Juazeiro, infelizmente nesse, por pouco menos de mil votos, não conseguimos chegar aqui desde o primeiro momento. Mas, na nossa experiência política, a análise que fazemos é de que há uma posição política consolidada em cima de uma expectativa nova, de um rumo novo para dirigir os destinos de Juazeiro.

Com certeza, hoje, o candidato tem o apoio do governador da Bahia, apoio do presidente da República. Apoiamento político não lhe faltará, porque temos também o apoio do

PR, apresentado pelo senador César Borges, temos uma bancada federal que apóia essa candidatura, que é o deputado Daniel Almeida, do PCdoB; deputado João Almeida, do PSDB; deputado José Carlos Araújo, do PR e tem aqui nesta Casa nós, que apoiamos essa administração, estamos hipotecando, irrestritamente, o apoio do partido e, com certeza, as emendas do orçamento que serão, realmente, “descontingenciadas” para resolver os problemas que afligem nossa terra.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje, acreditamos na vitória de um jovem candidato, de uma nova era política, de um novo ciclo político para Juazeiro. Com certeza, no dia 05 de outubro, o povo vai consagrar a chapa Isaac e Goreti, PC do B com PR, com apoio amplo do PSDB, do PP, do PTC do PTdoB e, acima de tudo, do grande eleitorado de Juazeiro, que está na expectativa de um governo diferente, de um governo novo, porque a situação de Juazeiro, realmente, é uma situação que requer uma visão política e administrativa diferente.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado Srs. Deputados. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas): Dentro do programa *A Escola e o Legislativo* temos a honra de informar a visita dos estudantes do projeto *Jovem Aprendiz*.

Sejam bem-vindos.

Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PTdoB/PSL/PTB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Euclides Fernandes.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o deputado Euclides Fernandes pelo tempo de 10 minutos.

**O Sr. EUCLIDES FERNANDES:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Assembléia Legislativa está recebendo no dia de hoje os defensores públicos que aqui vieram buscar apoio às suas reivindicações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, desde a criação da Defensoria Pública nunca tivemos governantes com vontade política para fazê-la funcionar bem, dentro da grandeza, da importância que é a Defensoria Pública.

A aplicação da justiça, Sr. Presidente, ela se realiza, se materializa com a magistratura, o juiz, com o Ministério Público, defensor da lei, com o advogado e, fundamentalmente, Sr. Presidente, com a presença do homem humilde, do pobre que não pode pagar um advogado para defender os seus direitos desrespeitados, violados, ou ameaçados; e para isso é fundamental que a sociedade, através do Estado, tenha uma Defensoria Pública bem estruturada.



O que nós presenciamos é a falta de vontade política dos governantes do nosso Estado. Está aí a Defensoria Pública, mas com um número insuficiente de defensores públicos para atender à demanda daquelas pessoas mais pobres, que precisam ir ao Poder Judiciário em busca da defesa dos seus direitos e não podem pagar um advogado.

Conseqüentemente, Sr. Presidente, para a aplicação da Justiça, o pobre só tem condição de acesso em busca da defesa dos seus direitos, no Estado onde o governante se preocupa e tem vontade política para ter uma Defensoria Pública boa, estruturada.

Infelizmente, Sr. Presidente, não temos essa condição em nosso Estado. O governo de Jaques Wagner, dentro da estrutura da aplicação da Justiça, tem avançado. A Lei da Organização da Magistratura baiana, por exemplo. A sociedade baiana tem a Lei da organização da Magistratura atuando de 1979, já totalmente ultrapassada pela Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, ou nenhuma nova ordenação se constituiu nesse Estado, nessa sociedade, no que diz respeito à vida social, política e econômica da sociedade brasileira.

E a magistratura continuava. O governo anterior ficou segurando, no Poder Legislativo, a tramitação do projeto de lei. Com a entrada do governador Jaques Wagner, com o início da legislatura desses senhores deputados foi que o projeto chegou a esta Casa, e em seis meses esse projeto tramitou de maneira adequada. Teve como relator o nobre deputado do PCdoB, Álvaro Gomes, e ele que teve um trabalho intenso realizando audiências públicas com todos os órgãos envolvidos na aplicação da justiça. Realizou audiências públicas com a OAB, com o Ministério Público, com a Defensoria Pública e concluímos a tramitação do projeto com a aprovação e sanção do governador Jaques Wagner, transformando o projeto em lei.

É muito importante a nova lei da organização da magistratura. Tivemos oportunidade, Sr. Presidente, de votar avanços aqui nesta legislatura para o Ministério Público. Então, Sr. Presidente, por justiça temos que registrar que houve avanços do governo Jaques Wagner no que diz respeito à estrutura da aplicação da justiça, através dos órgãos que a compõem.

Sr. Presidente, o sustentáculo da democracia passa por uma Defensoria Pública estruturada. É com satisfação, com alegria que vejo os membros da Defensoria Pública não ficarem estagnados, parados, esperando que as coisas caiam do céu nos seus colos. Estão na luta, estão buscando mostrar a necessidade de se ter vontade política para dar maior apoio público, apoio do Estado através do Executivo, do Legislativo, para que a Defensoria Pública se reestruture com o aumento do número dos defensores públicos, com a criação de novas vagas para que todas as comarcas tenham uma defensoria pública estruturada e possa atender a camada humilde, a camada pobre que não tem como reivindicar seus direitos, porque não pode pagar um advogado.

Então, Sr. Presidente, eu me incorporo aos membros da Defensoria Pública. Estou de mãos dadas porque entendo a sua importância, acho que deve ser aumentado o número de defensores públicos e também deve ser estruturada com condições materiais e humanas

para que tenhamos uma defensoria pública ágil a serviço da população pobre em todas as comarcas do Estado da Bahia.

Portanto, Sr. Presidente, estou vendo as frases postas pelos defensores públicos. “ *A Defensoria Pública merece respeito*”. É óbvio, pelo importante e maravilhoso papel que exerce a Defensoria Pública para a sociedade. E como merece respeito.

Não se pode reestruturar a Defensoria Pública, dando-lhe apenas um aumento de defensores públicos, criando novas vagas. Além do aumento de pessoal é preciso também dar condições materiais, com aquisição de equipamentos necessários para que funcione bem. E isso não é possível sem o recurso posto no orçamento. E está chegando a hora em que será mandado o orçamento do ano de 2009 para que esta Casa de leis discuta e aprove. E nada mais justo e oportuno que exatamente nesse momento voltemos a nossa atenção para que possamos verdadeiramente demonstrar vontade política deste governo. Quando falo governo, não me refiro apenas ao Poder Executivo. Do governo faz parte também o Poder Legislativo, para mostrar a sua vontade de dar condição de dotação orçamentária que possa atender aos reclamos da sociedade baiana, como o aumento de vagas para a Defensoria Pública, aumento salarial, equiparando as condições do Ministério Público às dos juízes (palmas), além de material para que possam trabalhar de maneira mais adequada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados Estaduais, é preciso haver vontade política para que se possam atender às necessidades da sociedade baiana e ao fortalecimento da Defensoria Pública do Estado da Bahia. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar PP/PRP, para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos. Por todo o tempo, usará a palavra o nobre deputado Luiz de Deus.

**O Sr. LUIZ DE DEUS:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup>. Deputadas, Srs. Defensores Públicos, sou adepto a resultados. Não sou adepto a blá-blá-blá, a conversa...

O Sr. Heraldo Rocha:- O quê, deputado Luiz? Não prestei atenção.

**O Sr. LUIZ DE DEUS:-** Vou repetir. Estou dizendo, deputado Heraldo Rocha, que sou adepto a resultados. Não sou daqueles amantes do blá-blá-blá e da conversa. Tenho certeza de que este assunto “defensoria pública” não pode nem deve ser politizado. (Palmas) Este é um assunto que cabe a todos desta Casa: o apoio à Defensoria Pública.

Toda comparação é odiosa. Imaginem os senhores que, infelizmente, o meu amigo e Líder do Governo procura comparar tudo nesta Casa ao governo anterior. Ele diz que esses índices sociais “vergonhosos”, como ele adjetiva, não são fruto do governo dele, mas de governos passados. Que as mazelas da Defensoria Pública não são do governo dele, mas do governo que passou. Os Srs. Defensores, mais do que ninguém, sabem que quem adequou a Constituição Federal, dando autonomia política, administrativa e a prerrogativa de apresen-

tar a sua proposta orçamentária, aqui no Nordeste, em primeira mão, foi a Bahia... Foi a Bahia que fez isso! Foi a Bahia que apresentou primeiro a Lei Orgânica da Defensoria Pública.

Fui o relator da emenda constitucional de nº 11, do dia 28 de junho, se não me falha a memória. Fui o relator. Como membro do governo, posso dizer hoje, briguei com o Sr. Secretário da Justiça para dar aquilo que a Defensoria Pública mais necessitava que era a sua autonomia administrativa, o seu direito de apresentar em lista tríplice o nome dos defensores que poderiam vir a ser escolhidos pelo Sr. Governador, para defensor-geral. O Sr. Secretário me telefonava, e eu dou aqui o testemunho do deputado Paulo Azi quando disse a ele que isso eu não mudaria no meu parecer, no meu relatório. Ele disse: vou falar com o governador. Eu lhe disse: V.Ex<sup>a</sup> pode falar com quem quiser, o parecer vai ser esse. Pode ter certeza, Sr. Secretário, que isso não vai ser mudado. E V.Ex<sup>a</sup> ouviu o meu telefonema para o Sr. Secretário da Justiça.

É isso, Líder do governo, que V.Ex<sup>a</sup> tem que fazer com o seu governo. É preciso ter a coragem de brigar para defender a Defensoria Pública. Não estou aqui politizando esse assunto, como disse anteriormente, mas temos a obrigação de lutar para dar à Defensoria Pública tudo o que ela necessita para que preste um bom serviço jurídico a quem dela precisa, que é a classe pobre. Com relação à Lei Orgânica dos Municípios, tive oportunidade de falar com os defensores públicos que eu poderia lutar para dá-los um preparo jurídico de primeira qualidade, com estágios e cursos inclusive no exterior, porque sou daqueles que acreditam que o que é público tem que ser o melhor, não o pior, o melhor.

Ora, os salários comparados aos daquele tempo melhoraram, é verdade, e melhoraram bastante. Ainda é muito pouco. Quem não se recorda da situação de penúria que viviam os defensores públicos? Hoje, não devem viver muito bem, mas em relação ao passado vivem muito melhor, porque a situação do início era realmente de penúria. Vejo aqui o pleito de vocês e acredito que o caminho é negociar, partir para o diálogo. O Estado da Bahia tem condições hoje de fazer uma adequação dos salários pagos aos magistrados, ao pessoal do Ministério Público? Acredito que não. Esse é o objetivo da Defensoria Pública: nós vamos lutar e vamos chegar lá dentro de pouco tempo.

O que queremos é o diálogo, nos dêem um prazo para lá chegar e não continuar nessa situação *ad eternum*, isso aí jamais. O governador precisa ouvir a Defensoria Pública, dar à Defensoria Pública um orçamento digno que possa ser administrado, porque com essa quantia que aí está apresentada, realmente não tem condições de sobreviver. A defensoria pública geral não tem condições de administrar como deveria a Defensoria Pública.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, conclamo a todos os senhores que nos unamos em torno da Defensoria Pública. Existe uma proposta da criação de uma frente parlamentar, a qual estamos estudando convenientemente e deveremos apresentá-la à Casa dentro de poucos dias. Não vamos fazer a coisa com muita celeridade, sem estar suficientemente estudados. Vamos procurar ouvir os juristas nesse ponto para apresentar à Casa essa proposta de resolução para a criação da frente parlamentar.

Vamos continuar ouvindo os senhores defensores públicos para que possamos, todos juntos, como disse anteriormente, elaborar um plano para melhoria desses salários. Esses salários deverão ter um prazo para que realmente possam ser equiparados aos dos magistrados e dos membros do Ministério Público.

Precisamos apresentar essa proposta ao Sr. Governador e saber quanto tempo é suficiente para chegarmos lá. Mas, de imediato, tem que haver por parte do governo uma proposta de melhoria dos salários da Defensoria Pública.

Era isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que gostaria de apresentar aos senhores.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre Líder da Maioria ou do PMDB para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará a deputada Neusa Cadore, por sete minutos, e, posteriormente, eu próprio falarei por três minutos.

Peço a V.Ex<sup>a</sup> que solicite a um colega deputado substituir a deputada Neusa Cadore, para que ela possa fazer uso da palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra a nobre deputada Neusa Cadore, pelo tempo de sete minutos.

**A Sr<sup>a</sup> NEUSA CADORE:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, senhores e senhores presentes às Galerias Paulo Jackson, que aqui se encontram mobilizados pelo fortalecimento da Defensoria Pública e pela valorização do cidadão, “Ocupo esta tribuna para registrar que, em minhas andanças pelo interior do Estado, observo que estas eleições municipais têm se caracterizado pelo reconhecimento de que o modo petista de governar é o diferencial, e a referência para os eleitores baianos.

O êxito petista resultou da avaliação positiva dos programas de políticas públicas consolidadas em várias experiências locais. Na Bahia, temos a nossa experiência exitosa em Pintados, além do sucesso das administrações de Vitória da Conquista, Alagoinhas, e Camaçari – cidades de grande porte, que representam a consolidação do PT no Estado da Bahia, na disputa do poder local.

Além dessas grandes cidades, temos também exemplos marcantes de consolidação do modo petista, como é o caso de Cruz das Almas, que celebrou, recentemente, seus 111 anos de existência e que é um exemplo” muito claro de compromisso com a inclusão social e, sobretudo, de construção de uma nova cultura política e de recuperação da cidadania.

(Lê) “Na gestão municipal, entendemos que não basta a prefeitura ser eficiente e inverter as prioridades de seus investimentos”. "O papel ativo (do município) vai mais além,

lançando mão de instrumentos (...) de incentivos que visem cobrir, estimular ou incrementar empreendimentos econômicos (...). Cabe ressaltar que o critério principal da concessão desse apoio será o da sua importância no plano estratégico de desenvolvimento econômico municipal".

O "modo petista de governar" reflete um somatório de experiências que, apropriadas por algumas de nossas administrações e aplicadas com o apoio de todas as instâncias partidárias e, principalmente, com o apoio decisivo das populações, vem apresentar um modo diferenciado e infinitamente mais democrático de se levar adiante as transformações necessárias nas políticas tradicionais de beneficiamento, hoje discriminatório, das demandas e até mesmo de um atendimento patrimonialista que vincula a favores simples execução das demandas dos cidadãos.

O 'modo petista de governar' inicia-se, invariavelmente, pela inversão de prioridades, que historicamente foram injustas à grande maioria da população, seguida pela organização das comunidades na defesa das novas prioridades, quando as demandas represadas passam a ser discutidas e atendidas de acordo com a disponibilidade de recursos.

Ao mesmo tempo que atende às demandas dos cidadãos, o 'modo petista de governar' atua numa questão fundamental, que é construção da cidadania, e na organização dos diversos grupos sociais de maneira mais coesa.

A radicalização da democracia que essa prática possibilita, colocando nas mãos do cidadão organizado o poder (antes restrito a uma pequena parcela da população) de construir um desenvolvimento integrado de acordo com a vontade da maioria, é, com certeza, a principal contribuição que nosso partido oferece à sociedade, sendo por isto colocado como novo paradigma junto aos movimentos da esquerda no Brasil e no mundo. Não é apenas a conquista de suas demandas que a população almeja, mas, muito mais do que isso, a retomada de seu espírito de cidadania, a retomada de suas organizações por bairro, por segmento social, dando uma nova propulsão, que não pode e nem deve ser freada ou burocratizada.

O Orçamento Participativo permite, de fato, o reencontro do cidadão com formas de organização democrática, mostrando-lhe que esta se traduz em conquistas, ensejando uma ainda maior organização. Neste sentido, não podemos colocar como correia de transmissão deste instrumento direto do cidadão uma coleção de técnicos. Tanto as demandas como sua organização têm que ser encaradas, e são encaradas, como um ato político.

Os partidos tradicionais tentam barrar as iniciativas para recolocar nas mãos da população o direito de decidir diretamente e em discussões democráticas com seus pares aquilo que deverá ser feito em sua cidade, região ou estado. As tentativas de colocação de camisas-de-força no O.P. já começam a aparecer e só com a população organizada e esclarecida sobre tais intenções poderemos barrar estas tentativas.

É isto, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, o que eu não poderia deixar de registrar, no calor deste pleito eleitoral de 2008."

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 3 minutos, o nobre deputado Álvaro Gomes.

**O Sr. ÁLVARO GOMES:-** Sr. Presidente, volto a falar sobre a questão da Defensoria para dizer que neste momento o Líder do governo, Waldenor Pereira, encontra-se em reunião na Governadoria, discutindo o assunto.

É importante também ressaltar que ainda ontem foi enviado um fax, comunicando à associação e aos defensores a reunião marcada para o próximo dia 27 para debater esse assunto.

Evidentemente que teremos muitas reuniões, muito diálogo para chegar a um denominador comum, para se encontrar uma solução e dar os passos que precisamos para o fortalecimento da Defensoria Pública. A democracia é isso mesmo, é o diálogo. Significa o embate, a discussão, o debate, para que possamos avançar. Naturalmente, a circular que foi enviada convida a direção da Associação para uma reunião, e diz: “ *Convidamos V. S<sup>a</sup> para participar de reunião, conforme abaixo, para retomada das discussões do grupo de trabalho que tem como objetivo estudar propostas e alternativas para a carreira de defensor público.*”

*Sugerimos que o grupo de trabalho seja formado por dois representantes da Defensoria Pública, dois da Associação dos Defensores Públicos e dois da Secretaria de Administração.”*

Esse convite foi feito a presidente da Associação dos Defensores Públicos, Laura Fabíola, e foi assinado pelo Secretário da Administração, Manoel Vitorio da Silva. Isto significa que o diálogo está aberto, que estamos nesse processo de discussão. Esta é uma reunião e teremos outras reuniões e outras discussões para chegarmos a um denominador comum.

O importante é a presença de vocês, é esse diálogo e que possamos avançar. O Líder do Governo, neste momento, também faz esse esforço no sentido de que as negociações avancem. Todas as negociações passam por esse processo e necessariamente passa por um debate que nem sempre é rápido e imediato. O importante é que este debate está aberto e está acontecendo. As reuniões vão acontecer e essa interlocução acontecerá para que possamos resolver um dos principais problemas que é a proposta no sentido do fortalecimento da Defensoria Pública.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria/Líder do Democratas, para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, eu falarei por 5 minutos e o deputado Misael Neto pelos 5 minutos restantes.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o nobre deputado Heraldo Rocha.

**O Sr. HERALDO ROCHA:-** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, teleouvintes da TV Assembléia, radiouvintes da Rádio Oposição, em primeiro lugar, gostaria de parabenizar a forma ética e democrática do presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, o nobre deputado Arthur Maia, que hoje pela manhã, de uma forma magistrada atuou como verdadeiro presidente, quando nós, da Minoria, apresentamos dois requerimentos; um para tomar pé desta farra dos processos em licitação desse governo e o outro, um acordo que foi feito entre o governo e a prefeitura de Vitória da Conquista. E os projetos foram aprovados por unanimidade.

O segundo ponto que eu gostaria de colocar neste final de tarde é parabenizar o deputado Luiz de Deus pela forma serena, correta e sensata. A tribuna desta Casa tem que ser utilizada com sensatez, com bom senso. Eu queria, inclusive, em nome da minha Bancada, propor aos defensores públicos que marcassem uma audiência conosco, na hora que quiserem, amanhã, para que nós possamos, com a Bancada, levando a liderança do PP, que é o bloco independente; a liderança do PR; a liderança do Democratas; a liderança do PPN e a liderança da Minoria, para que possamos ouvir qual é a proposta concreta e nós estabelecermos com a liderança do Governo, que se dispõe a resolver e a encaminhar o problema, e essa não é nada mais do que a obrigação do Líder do Governo, para que possamos assinar um pacto com as Bancadas, tanto da Minoria quanto da Maioria. E aí termina essa discursão, essa baboseira de ficar dizendo que eu sou a favor. Todos somos a favor. Há uma proposta, o governo pode atender ou não. Vai atender ou não. E pt saudações.

Acho que esse é um momento importante. Acho que a vinda dos defensores à Casa é muito importante. Foi assim com o Judiciário. O Judiciário, praticamente, conseguiu o seu Plano de Cargos e Salários após a saída do PT, do PR e do governo. Passado o recesso parlamentar, V.Ex<sup>a</sup>, deputado Capitão Tadeu, que é independente e tem uma posição muito clara nesta Casa, sabe disso.

Hoje, pela primeira vez na história deste Parlamento, o governo não aprova nenhum projeto nas Comissões Técnicas. Não aprova nenhum projeto nas Comissões Técnicas! Como disse muito bem, eu em recente entrevista na *TV Assembléia*, parafraseando as palavras do deputado Paulo Azi, o governo tem que descer da sua arrogância, calçar as sandálias da humildade e vir negociar com Oposição. Chega de rolo compressor! Não! Tem que vir negociar conosco!

Vamos negociar projeto por projeto. Não vamos fazer como eles: votaram contra a *Ford*, o Projeto Produzir. É governo, sou contra. Não! Já votamos e vamos continuar votando os projetos que são importantes para a melhoria da qualidade de vida do povo da Bahia.

Essa proposição do Plano de Cargos e Salários do Judiciário, o deputado Álvaro Gomes sabe disso, só foi votado porque os serventuários da Justiça, praticamente, moraram nesta Casa.

Então eu queria, Sr. Presidente, concluir fazendo essa colocação aos defensores públicos: entrem em contato com a Liderança da Minoria, da Oposição, que estaremos prontos a discutir esse processo, para que possamos pactuar, entre governo e Oposição, uma solução negociada. Não havendo desgaste para V.S<sup>as</sup> e o assunto seja levado como uma proposta de toda Casa, com a participação da Mesa Executiva.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Solicito ao deputado Heraldo Rocha, por gentileza, assumir a Secretaria.

Com a palavra o nobre deputado Misael Neto pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. MISAEL NETO:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr<sup>as</sup> Deputadas que acompanham esta sessão plenária, Srs. Defensores Públicos. Meu Líder, deputado Heraldo Rocha, fico muito preocupado com os temas que são tratados nesta tribuna. Na última terça-feira, enquanto daqui travávamos o debate sobre o Plano de Cargos e Salários do Judiciário, tratou-se de assuntos das eleições municipais. Hoje, que recebemos aqui nessas galerias a Defensoria Pública, a qual veio procurar os deputados estaduais por conta de não estar sendo recebida pelo governador do Estado, do PT, Jaques Wagner, começamos a debater a situação da Defensoria Pública. De pronto, pressionado que foi o Líder do governo, deputado Waldenor Pereira, conseguiu uma audiência.

Como disse, fico preocupado com os temas que são tratados aqui desta tribuna. Mais uma vez, as discussões estaduais e importantes para o desenvolvimento do nosso Estado têm sido trocadas por questões municipais. Nesta Casa, não é interessante abordarmos disputas regionais na tribuna. As vezes em que eu for citado, meu Líder, deputado Heraldo Rocha, não me furtarei ao debate. Escutava aqui o deputado Pedro Alcântara mais uma vez tratar da sucessão municipal em Juazeiro, mais uma vez falar em números de pesquisa, mais uma vez, como há 4 anos, trazer números que o povo desconhece e que, andando nas ruas e sentindo o calor da população, vemos que não são reais.

Então, fico muito triste por estarmos aqui discutindo questões de disputas políticas regionais. Acho que temos temas mais importantes, como a questão da Defensoria Pública. E mais, dizer que o prefeito que já teve 8 anos não tem capacidade de fazer em 4! Pelo contrário, isso incapacita os próximos 4 anos, depois de organizada uma prefeitura que veio das mãos do PT e que tinha mais de 4 meses de salários atrasados, fornecedores só vendiam à prefeitura à vista e, hoje, é uma prefeitura de crédito; hoje, a cidade de Juazeiro é o 4º PIB agrícola do Brasil; a cidade de Juazeiro, em 2006 e 2007, foi a que mais empregou.

Fico até curioso, deputado Heraldo Rocha, quando o deputado Paulo Rangel, na última terça-feira, disse que o ex-prefeito de Juazeiro, do PT, não pôde fazer muito porque no ano de 2000 pegou uma prefeitura falida. Quero aqui fazer justiça. Primeiro, ao prefeito da época, o professor Rivas, pessoa digna, correta que muito fez por Juazeiro e contava com o



apoio inclusive da vice, Maria Gorete, que hoje faz parte da chapa do PCdoB apoiada pelo deputado Pedro Alcântara. Já que o próprio não fez a defesa do governo do professor Rivas e de sua esposa, como vice, venho aqui fazer a defesa do companheiro democrata, professor Rivas.

E mais, acho curioso o deputado falar que, se não foi feito em 8, vai fazer em 4 e vir aqui encher a boca e dizer que tem 5 mandatos de deputado, multiplicando-se por 4, são 20 anos. Se não fez em 20 anos, também não vai fazer em 4, se for esse o raciocínio. Quero lembrar-lhe que nessa eleição o deputado estadual mais votado fui eu, com 22 mil votos, eleito e constituído por esse povo e juro honrar o meu mandato até o final, se Deus quiser.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):-Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou Líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

Pela ordem o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Gostaria de pedir uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE ( Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex<sup>a</sup> será atendido.

Questão de ordem do nobre deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente eu lamento que... Vai retirar? Se não vai, eu vou fazer a minha questão de ordem.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, em atenção ao pedido dos deputados Adolfo Menezes e Capitão Tadeu, que vão falar agora, e não acho justo com os deputados que estão vindo trabalhar, peço apenas a V.Ex<sup>a</sup> que registre quais os deputados que se encontram no Plenário. Retiro a minha questão de ordem de verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):-V.Ex<sup>a</sup> será atendido.

Encontram-se presentes os nobres deputados Paulo Azi, Ronaldo Carletto, Misael Neto, Elmar Nascimento, Álvaro Gomes, Adolfo Menezes, Capitão Tadeu, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Neusa Cadore e o deputado que vos fala, Aderbal Fulco Caldas.

Com a palavra o nobre Líder do governo ou da Maioria ou Líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, pelo tempo de seis minutos falará o deputado Adolfo Menezes e pelo de quatro, o deputado Capitão Tadeu.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Invertendo, concedo a palavra ao deputado Capitão Tadeu por 4 minutos.

**O Sr. CAPITÃO TADEU:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, Srs. Defensores Públicos, povo baiano, inicialmente gostaria de me congratular com V.S<sup>as</sup> e me colocar à disposição dizendo que nós somos favoráveis ao fortalecimento da Defensoria Pública. Na condição de advogado, sei da importância que tem a Defensoria Pública para o exercício da cidadania. Podem contar com o apoio do nosso mandato.

Senhores, como já foi dito no passado, se pensarmos num absurdo, já aconteceu na Bahia. Exatamente Mangabeira já disse isso. Estamos vivendo na Bahia algo inusitado, mais especificamente em Salvador. Tínhamos aqui no passado um deputado atuante, defensor das causas, ferrenho opositor da indústria das multas e que muitas vezes procurou o apoio do Ministério Público e do Poder Judiciário para combatê-la neste Estado através de liminares. Esse ex-deputado estadual, com base em sua luta ferrenha contra a indústria das multas, conseguiu se eleger prefeito de Salvador com votação esmagadora prometendo combatê-la.

Senhores, hoje estamos vendo estarrecidos que essa indústria floresceu, conseguiu bater todos os recordes de arrecadação de multas. A custo de quê, senhores? Ao arrepio da Constituição Federal, burlando o seu art. 5º, que estabelece os direitos e as garantias fundamentais do cidadão. O direito a ampla defesa é algo que não existe na gestão do coronel Adelson na Superintendência de Engenharia de Tráfego. Vinte e um mil recursos de multas! Há lá o despacho: arquivem-se os 21 mil processos, sem ao menos dar o direito de ampla defesa àqueles condutores que foram autuados e acusados de cometer infração.

Como é do conhecimento da Bahia, sou um educador para o trânsito e defensor, sim, de que aqueles irresponsáveis no trânsito sejam apenados por isso. Acho que não se pode passar a mão na cabeça de motoristas irresponsáveis que atropelam, invadem o sinal vermelho, bebem e dirigem. Mas não posso admitir que o poder público puna os infratores da lei sendo ele próprio um infrator da lei. O prefeito João Henrique deve uma satisfação à sociedade para explicar o que é que está acontecendo com a Superintendência de Engenharia de Tráfego, que não tem respeitado os direitos e as garantias fundamentais dos cidadãos. Puna, mas dentro da lei! O poder público não pode ser um marginal, não pode estar à margem da lei!

Dói-me ter de fazer este pronunciamento porque sou amigo pessoal do prefeito João Henrique. No entanto não posso admitir que um amigo pessoal seja um marginal da lei. Subi aqui para tornar pública a minha posição. Não concordo com o cumprimento de medidas arbitrárias contra o cidadão. Puna, prefeito João Henrique, mas dentro da lei!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de seis minutos, o nobre deputado Adolfo Menezes.

**O Sr. ADOLFO MENEZES:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputada Neusa, em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao deputado Elmar pelo fato de ter retirado a questão de ordem de verificação de quórum.

Caro Líder Gildásio, Capitão Tadeu, deputado Heraldo, que sempre foi um defensor das classes mais favorecidas como os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, que merecem todo nosso apoio e tê-lo-á sem dúvida alguma, quero chamar a atenção, deputado Gildásio, para o fato de que engenheiros que construíram a Bahia, um grupo de 150 engenheiros do Derba - com os quais V.Ex<sup>a</sup> teve a oportunidade de conversar há pouco – que hoje poderiam estar descansando, cuidando de netos e curtindo a velhice, estão necessitando se deslocar para outros estados para poder sobreviver, pois têm salários de R\$ 800,00.

São engenheiros, professores das melhores faculdades da Bahia, que construíram a malha rodoviária deste Estado, capitão Tadeu, a exemplo, Sr. Presidente, do engenheiro Heitor da Silva Portugal, conhecido em toda Bahia, pois já já projetou mais de 200 pontes no Estado, sem falar na construção dos milhares de quilômetros de estradas, que percebe um salário de R\$ 892,85, depois dos descontos. Ele tem um salário-base de R\$ 730,00, vantagens pessoais, com mais de 30 anos, de R\$ 292,00 e adicional de R\$ 255,00. Resumindo, ele tem R\$ 892,00 de salário. Isso é uma vergonha!

Sabemos perfeitamente que existem várias distorções a ser corrigidas em nosso Estado, mas não é possível que homens que o construíram e constroem, que têm alunos classificados com outra nomenclatura ganhando o triplo para começar – alunos, que estão ainda recebendo ensinamentos...

Então existem muitas coisas a ser consertadas na Bahia. Há, por exemplo, um projeto nesta Casa que prevê a inclusão desses engenheiros - o que é insignificante para para o governo, deputado Álvaro, pois são somente 150 pessoas - num plano de cargos e salários. Já foram votados planos de cargos de outras categorias, logo, deve ser corrigida essa injustiça vergonhosa contra homens do quilate, da capacidade desses engenheiros, que deram as suas vidas, que se dedicaram ao Derba, que foram responsáveis por toda malha rodoviária do nosso Estado mas que, no final da vida, necessitam se deslocar para outros estados... Alguns até já se foram, talvez o desgosto tenha contribuído, deputado Heraldo, para isso, pois homens que construíram a Bahia recebendo salários de R\$ 700,00? Fizemos um levantamento em alguns estados, para não ter que ir ao Brasil inteiro, e em alguns deles, a exemplo de Pernambuco, Minas Gerais, Paraíba – esse economicamente bem mais modesto que o nosso – um engenheiro, com a mesma categoria, ganha, muitas vezes, bem mais do que os nossos.

Tomei conhecimento, há pouco, de que, anos atrás, no Derba, o salário-base de um engenheiro equivalia a 18 salários mínimos e, hoje, equivale a 1 salário mínimo e meio, e isso nos entristece muito.

Apresentei uma proposta ao Líder da Oposição, deputado Gildásio, e tenho certeza absoluta de que ela terá a acolhida que sempre teve da Bancada da Oposição, e esperamos que o governador seja sensível a mais esse problema de injustiça na Bahia, e que possamos corrigir essa situação.

Temos aqui a tabela dos vencimentos da mesma categoria de profissionais, deputado Aderbal, presidente nesta tarde, em outros estados. É uma vergonha! É mais um fato que nos envergonha! São homens, professores, profissionais de todo o gabarito que dedicaram suas vidas a este Estado e no final passam necessidade, deputado Paulo Azi!

Eu falava há pouco em meu gabinete com alguns desses representantes, ex-secretários de Estado, que estão nessa situação. Talvez se entrasse – para concluir, Sr. Presidente – na malandragem que permeia hoje no nosso Brasil – é para não voltar hoje à tribuna porque não vou ter tempo – como o deputado falou aqui no início da sessão desse escândalo do Judiciário – para concluir, Sr. Presidente – então os mesmos me falavam: se fizesse a medição das estradas, deputado Heraldo, como muitos fazem, na trambicagem, olhando o asfalto, no contrato diz que é de 5cm, e ele vê 2, e atestar para que a empresa lhe pague por fora, talvez não estivesse passando por essa situação. Mas são homens, como a maioria dos trabalhadores, como a maioria dos servidores públicos, decentes e honrados que estão passando por essa situação vexatória sem condições de sustentar nem a própria família.

Amanhã voltarei ao assunto do Judiciário, porque estou vendo – não sei se foi erro do jornal ou do Ministério Público, ou enxerguei demais ou li errado, porque esse escândalo está muito quietinho, ninguém fala mais nisso, nessa venda de sentença que acontece, são desembargadores, advogados, juízes envolvidos nessa falcatrua, que toda a Bahia sabia. E aqui estou achando os jornais quietinhos, parece que estão botando uma pedra em cima, mas eu irei falar para desabafar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

## **ORDEM DO DIA**

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Ordem do Dia.

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, pediria a V.Ex<sup>a</sup> uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex<sup>a</sup> poderá ser atendido, mas não haverá necessidade da verificação de quórum dado que não há nenhuma matéria constante da Ordem do Dia, motivo pelo qual declaro encerrada...

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Elmar Nascimento:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Azi:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Pela ordem o deputado Gildásio Penedo Filho.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, V.Ex<sup>a</sup> ao responder a questão de ordem do deputado Álvaro Gomes informa que não há nenhuma matéria na Ordem do Dia. A informações que nos chegam é que há projeto na Ordem do Dia, inclusive o da Controladoria Geral do Estado está na Ordem do Dia, presidente. Gostaria de que V.Ex<sup>a</sup> pudesse se cercar melhor dessas informações para esclarecer a esta Casa, porque a informação que temos é que o da Controladoria Geral do Estado está na Ordem do Dia.

Portanto, gostaria de que V.Ex<sup>a</sup> esclarecesse a esta Casa, nobre presidente, e que pudesse também acionar as campanhas convocando todos os deputados e deputadas, abrindo o tempo regimental, já que estamos ainda no prazo da sessão ordinária. E, acionando as campanhas, convocando todos os deputados, chamando-os nominalmente, abrindo o tempo regimental de 15 minutos, possamos dar continuidade à sessão deliberativa, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex<sup>a</sup> será atendido e também será atendida a questão de ordem do nobre deputado...

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Confesso a V.Ex<sup>a</sup> que, tendo assumido a sessão em andamento, eu desconhecia que havia sobre a Mesa a matéria. Há realmente matéria constante da Ordem do Dia, é um pedido de urgência assinado pelo deputado Heraldo Rocha.

Solicito que o painel seja zerado.

Pela ordem, o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, nós solicitamos a questão de ordem para pedir uma verificação de quórum porque, efetivamente, existem várias proposições na Ordem do Dia. Mas precisamos fazer esse debate com a maior presença de parlamentares. Naturalmente, faremos o debate, discutiremos e votaremos esses projetos.

Quero aproveitar esse tempo que temos para falar de um outro assunto, que é exatamente a questão da lucratividade dos bancos. Eu ia falar no horário... Eu queria falar sobre

um outro assunto que é exatamente a questão da lucratividade do sistema financeiro. Segundo estudo da consultoria, com base nos balanços do segundo trimestre de 2008, os três maiores bancos de capital aberto – Banco do Brasil, Bradesco e Itaú – estão, pela primeira vez, entre os quinze maiores das Américas, excetuando o Canadá. Então, é uma lucratividade tal que fez com que esses bancos brasileiros se colocassem entre os quinze maiores bancos das Américas. O Banco do Brasil subiu quinze posições e se encontra hoje na 12ª posição com ativos no valor de US\$ 261 bilhões. Em dezembro de 2002, o banco era o 27º colocado e seus ativos eram de US\$ 57 bilhões e 900 milhões. O Bradesco saltou, pulou, ganhou 24 posições: da 37ª posição de dezembro de 2002 passou para a 13ª colocação em junho de 2008. Seus ativos eram de US\$ 40 bilhões e 400 milhões, passando para US\$ 253 bilhões e 300 milhões. Já o Itaú cresceu trinta e três posições, saindo de US\$ 31 bilhões no final de 2002 – na época, era a 48ª colocação – para US\$ 216 bilhões em ativos, ficando em 15º lugar, tendo o crescimento de US\$ 184 bilhões e 500 milhões. O Unibanco figura no 27º lugar, com ativos de US\$ 108 bilhões. Antes, em 2002, os ativos eram de US\$ 21 bilhões e 300 milhões.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. Álvaro Gomes:- Para concluir, Sr. Presidente, com sua tolerância.

Essa lucratividade do sistema financeiro no Brasil é inaceitável, que só traz prejuízos para a população, para a sociedade. É uma lucratividade que aumenta o império e o patrimônio dessas instituições em detrimento de nossa população tão necessitada, tão carente e numa situação de distribuição de renda bastante difícil.

Eram essas considerações que eu queria fazer.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do nobre deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, apenas quero lembrar a V.Exª que também consta da Ordem do Dia projeto de origem do Executivo, que não está em regime de urgência, que cria a Controladoria Geral do Estado. O processo de votação desse projeto começou na Comissão de Finanças, onde foi derrotado. Eu estou com o parecer de vencedor pronto já há 2 meses para que siga para a Comissão de Educação.

Então, assim que houver quórum na Ordem do Dia, o projeto está pronto para seguir para votação na Comissão de Educação. Se for derrotado também na Comissão de Educação, ele está rejeitado; se for aprovado nessa Comissão, estará pronto para vir ao Plenário.

Então, quero lembrar que esse projeto também consta da Ordem do Dia. Quando estiverem presentes deputados integrantes da comissão, que dêem quórum, podemos continuar o processo de votação.

E quero dizer, Sr. Presidente, que lamento a inércia que toma conta, infelizmente, desta Casa neste segundo semestre. Não somos candidatos, não é a nossa eleição. E mesmo que assim fosse, não se justifica que no País em que há eleição de 2 em 2 anos o segundo semestre seja tomado, totalmente, por uma paralisia.

Nós não podemos ficar a reboque do governo. Se o governo está paralisado, não envia projetos para esta Casa, é lamentável que a Casa não tenha a capacidade de se reunir para votar, pelo menos, os projetos de deputados que já foram aprovados na Comissão de Constituição e Justiça e estão tramitando nas comissões temáticas, para que possamos deliberar sobre eles.

É lamentável que há quase 1 mês do fim do recesso e nós não votamos nada, absolutamente nada, nesta Casa. Todas as sessões da semana passada caíram, e os pedidos de verificação de quórum foram feitos pela Bancada do governo. E hoje, novamente, a solicitação de verificação de quórum foi feita pela Bancada do governo. Estou registrando aqui que esta é, se não me engano, a 8ª sessão ordinária seguida da Assembléia Legislativa que está caindo por falta de quórum, e a pedido da Bancada do governo.

Quero registrar isso porque já estou no meu 2º mandato, são 6 anos de mandato, e nunca vi isso nesta Casa. Quem pedia quórum aqui era sempre a Oposição, nunca vi a Bancada do governo pedir quórum. O governo, com medo de submeter projetos a votação aqui, nesta Casa, revela sua fragilidade.

Estamos aqui para cooperar com o governo, sabendo da fragilidade de sua Base, até para votar os projetos. O Estado não pode ficar a reboque da fragilidade da Base do governo. Tanto a Bancada Independente como a Bancada da Oposição estão dispostas a dialogar e a negociar para que este Poder Legislativo não seja tomado pela inércia. Nós temos muita coisa para debater nesta Casa.

Hoje mesmo, ouvi pelo rádio fatos lamentáveis: ontem houve um tiroteio no Imbuí, isso é questão de segurança pública; hoje uma jovem estudante foi estrupada no Campus de Ondina, dentro da Universidade Federal, 10h30min da manhã e neste instante deve estar ocorrendo algum fenômeno ligado a violência. Não é possível que isso esteja acontecendo no Estado e nenhuma providência seja tomada e nenhum projeto de lei nesse sentido venha a esta Casa, nenhuma criação de delegacia...

Temos como exemplo Periperi, uma região daquele tamanho, com 500 mil habitantes e apenas uma delegacia com 40 funcionários, sendo que 20 da área administrativa e 20 agentes, deputado Adolfo, divididos em três plantões de seis agentes. Uma delegacia que atende 500 mil pessoas. E nem as delegacias que criamos aqui foram instaladas ainda. Esperamos uma ação, algum projeto do governo para que possamos contribuir nesta Casa aprovando de forma célere essas proposições. Precisamos fazer um pacto, um plano para o combate a violência que está se cristalizando aqui.

Conversava com um representante da Associação de Delegados da Polícia Civil esta semana e ele me dizia que Salvador está no caminho de se tornar um Rio de Janeiro se medidas drásticas e urgentes não forem tomadas.

Portanto fica o nosso protesto, pois a omissão da Bancada do Governo que pede quórum todos os dias derrubando as sessões, impede que discutamos temas importantes

como o da segurança pública e que essas questões não sejam discutidas aqui no Poder Legislativo baiano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, quero, mais uma vez, lamentar a atitude do governo e coincidentemente a atitude do deputado Álvaro Gomes.

Fico aqui a recordar: o deputado Álvaro Gomes foi inclusive premiado injustamente por ter sido o parlamentar que mais discursou na tribuna, recebeu um prêmio em função do seus discursos. Mas se V.Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, fizer um levantamento na taquigrafia desta Casa, verá que muitos desses discursos foi cobrando que este Plenário pudesse se reunir para votar projetos especialmente dos deputados.

Então veja V.Ex<sup>a</sup> como esse mundo dá voltas, o mesmo deputado Álvaro que fez quase uma centena de discursos pedindo para que este Plenário apreciasse projetos dos parlamentares vem ,sistematicamente, derrubando a sessão e impedindo que este Plenário venha a apreciar projetos de deputados. Veja, deputado Luiz de Deus, como esse mundo dá voltas, como este parlamento é um ensinamento para todos nós deputados estaduais do nosso Estado.

Portanto quero aqui, mesmo que perplexo por essa nova postura do deputado Álvaro, fazer esse registro e dizer que o deputado Paulo Azi não vai mais se conformar em ficar silente quando o deputado Álvaro for à tribuna cobrar deste Parlamento a apreciação de projetos de deputados, porque aí será no mínimo uma grande incoerência. E as pessoas que nos acompanham pela TV Assembléia vão estranhar vendo o deputado Álvaro da tribuna pedindo que este Plenário discuta e vote projeto de deputado e, ao mesmo tempo, o próprio deputado Álvaro sistematicamente, só esta semana foram três sessões, derrubando as sessões e impedindo que os parlamentares cumpram com seu dever constitucional de apreciar, discutir e votar projetos que venham beneficiar toda a nossa sociedade.

É lamentável que um parlamentar da estirpe e do porte, da postura do deputado Álvaro Gomes se submeta a esses caprichos, que tenho certeza, presidente Aderbal Fulco Caldas, que esse não é o desejo do deputado Álvaro, mas ele investido da função de Líder do governo tem que cumprir determinadas obrigações e está pagando um preço caro. V.Ex<sup>a</sup>, deputado Álvaro, paga um preço caríssimo, V.Ex<sup>a</sup> está se violentando. V.Ex<sup>a</sup> violenta a sua história de parlamentar que muito engrandeceu e continua a engrandecer esta Casa. Agora, coincidentemente, deputado Álvaro, em todos os momentos em que é necessária a derrubada de quórum, o Líder se ausenta e deixa V.Ex<sup>a</sup> de calça curta.

Portanto eu quero registrar e lamentar que infelizmente esta Casa seja impedida, mais uma vez, de discutir, de debater e de votar projetos de parlamentares, que venham a melhorar a condição de vida dos nossos queridos irmãos baianos.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Registramos a presença apenas de 12 Srs. Parlamentares, portanto não há número suficiente para a continuidade para a presente sessão, pelo que declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br>. Acesse ao caminho Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias e leia-as na íntegra.*